

Banco PAN

Demonstrações Financeiras Consolidadas – Exercício 2013
IFRS

31 de Março de 2014

Banco Panamericano S.A.
Demonstrações Financeiras
Consolidadas

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras consolidadas
31 de dezembro de 2013

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Banco Panamericano S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Panamericano S.A. e suas controladas (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Boards - IASB” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

Banco Panamericano S.A.

opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Panamericano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessadata, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "InternationalAccounting Standard Boards - IASB".

Ênfase

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 15, existem em 31 de dezembro de 2013 créditos tributários reconhecidos no ativo, no valor de R\$ 2,8 bilhões no Banco Panamericano S.A. e empresas controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários de longo prazo. Essa projeção de realização do crédito tributário foi revisada pela administração daInstituição com base em estudo do cenário atual e futuro efetuada em dezembro de 2013, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção,custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Essa nova projeção para a realização desses créditos tributários foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2014.A realização desses créditos tributários, no período estimadode realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressaltada em função deste assunto.

São Paulo, 28 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

ATIVO	Nota explicativa	2013	2012
DISPONIBILIDADES	8	47.864	36.778
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL		2.345	1.267
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO VALOR JUSTO		1.422.967	2.204.749
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		299.336	565.037
Instrumentos de dívida	10	86.507	403.448
Derivativos	9	17.702	2.529
Recebíveis imobiliários	16	195.127	159.060
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		198.617	204.703
Derivativos	9	198.617	204.703
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		925.014	1.435.009
Instrumentos de dívida	10	925.014	1.435.009
ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO		16.233.916	13.183.326
ATIVOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO		457.603	301.891
Instrumentos de dívida	10	457.603	301.891
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		15.776.313	12.881.435
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	11	1.230.697	509.392
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12	14.472.101	12.244.228
Outros empréstimos e recebíveis		8.006	4.036
Instrumentos de dívida	10	52.351	106.451
Benefício residual em operações securitizadas	17	13.158	17.328
ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	14	74.564	42.832
IMPOSTOS		3.210.420	3.231.181
A compensar		366.817	147.780
Diferido	15	2.843.603	3.083.401
OUTROS ATIVOS	18	615.632	473.637
ATIVO TANGÍVEL	19	65.431	42.216
ATIVO INTANGÍVEL		249.679	243.946
Ágio	6	218.727	218.727
Outros ativos intangíveis	20	30.952	25.219
TOTAL DO ATIVO		21.922.818	19.459.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2013	2012
PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		8.440	4.519
Derivativos	9	8.440	4.519
PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		2.047.776	1.799.955
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	25	687.904	612.588
Dívidas subordinadas	28	1.351.140	1.183.625
Derivativos	9	8.732	3.742
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		15.799.158	12.526.543
Depósitos de instituições financeiras	21	7.491.372	5.230.363
Depósitos de clientes	22	2.860.930	2.463.621
Recursos de emissão de títulos	24	4.436.843	2.952.170
Obrigações por empréstimos e repasses	23	339.849	445.019
Relações com correspondentes	26	129.740	152.362
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	27	540.424	1.283.008
PROVISÕES	29	480.386	938.406
Provisões para passivos contingentes		244.208	151.798
Provisões técnicas de seguros		182.937	143.946
Provisões para riscos fiscais		53.241	642.662
PASSIVOS FISCAIS	15	211.159	291.691
Correntes		65.888	84.119
Diferido		145.271	207.572
OUTROS PASSIVOS	30	1.136.690	1.550.256
TOTAL DO PASSIVO		19.683.609	17.111.370
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	31	2.239.188	2.348.538
Capital Social		2.867.020	2.867.020
Capital social – País		2.556.338	2.469.731
Capital social – Exterior		310.682	397.289
Ajustes de avaliação patrimonial		(16.285)	(978)
Prejuízos acumulados		(611.547)	(517.504)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		21	24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		2.239.209	2.348.562
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.922.818	19.459.932

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Resultado Consolidada dos Exercícios Findos em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em milhares de reais, exceto as informações de prejuízo por ação.

	Nota explicativa	2013	2012
Receitas com juros e similares		6.571.279	5.051.853
Despesas com juros e similares		(3.281.694)	(3.025.878)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	32	3.289.585	2.025.975
Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros	13	(1.113.791)	(1.451.078)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS		2.175.794	574.897
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros		(48.215)	328.025
Resultado de instrumentos de dívida mantidos para negociação		5.197	6.247
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9	(53.412)	321.778
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	37	(9.641)	9.264
Receitas de tarifas e comissões	33	181.151	138.901
Despesas administrativas		(1.872.991)	(1.527.459)
Despesas com pessoal	34	(430.255)	(291.343)
Despesas tributárias	35	(217.509)	(139.952)
Outras despesas administrativas	36	(1.225.227)	(1.096.164)
Depreciações e amortizações		(21.731)	(9.988)
Provisões (líquidas)	38	(103.166)	(53.480)
Resultado líquido das operações de seguros	39	85.142	60.024
Outras receitas (despesas) operacionais	40	(366.790)	(64.045)
Resultado na alienação de ativos não correntes mantidos para venda		(41.811)	(104.940)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(22.258)	(648.801)
Imposto de renda e contribuição social	15f	(71.786)	284.199
PREJUÍZO		(94.044)	(364.602)
Prejuízo atribuível aos controladores		(94.043)	(364.592)
Prejuízo atribuível aos não controladores		(1)	(10)
Prejuízo básico e diluído por 1.000 ações (em reais - R\$)	31f	(0,32)	(1,31)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado dos Exercícios Findos em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em milhares de reais

	2013	2012
Prejuízo	(94.044)	(364.602)
<u>Itens que serão subsequentemente lançados ao resultado</u>		
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda	(23.195)	(1.418)
Efeito tributário	7.888	474
Resultado abrangente total	(109.351)	(365.546)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(109.350)	(365.536)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não-controladores	(1)	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Participação do acionista controlador	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Para integridade do patrimônio líquido					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	1.108.091	172	3.012	287.109	(34)	(443.205)	955.145	32	955.177
Aumento de capital	1.758.929	-	-	-	-	-	1.758.929	-	1.758.929
Prejuízo	-	-	-	-	-	(364.592)	(364.592)	(10)	(364.602)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	(944)	-	(944)	-	(944)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(944)	(364.592)	(365.536)	(10)	(365.546)
Aumento de participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Absorção de prejuízo	-	(172)	(3.012)	(287.109)	-	290.293	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(517.504)	2.348.538	24	2.348.562
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.867.020	-	-	-	(978)	(517.504)	2.348.538	24	2.348.562
Prejuízo	-	-	-	-	-	(94.043)	(94.043)	(1)	(94.044)
Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda líquida de efeitos fiscais	-	-	-	-	(15.307)	-	(15.307)	-	(15.307)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(15.307)	(94.043)	(109.350)	(1)	(109.351)
Redução de participação de acionistas não controladores (nota 31 f)	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	2.867.020	-	-	-	(16.285)	(611.547)	2.239.188	21	2.239.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	2013	2012
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	(22.258)	(648.801)
AJUSTES PARA RECONCILIAR O PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS AO CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Depreciações e Amortizações	21.731	9.988
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para venda	(48.978)	20.911
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para venda	98.416	82.642
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	6.382	2.285
Perda na venda de imobilizado/investimento	-	1.003
Provisões Líquidas	103.166	53.155
Perdas no valor recuperável de ativos financeiros	1.113.791	1.451.078
Provisões técnicas de seguros e previdência	38.991	28.227
Lucro líquido ajustado	1.311.241	1.000.488
Variação de ativos e passivos:		
(Aumento) em depósitos compulsórios	(1.078)	(330)
Redução/(Aumento) em Instrumentos de dívida	355.733	(438.200)
(Aumento) em derivativos ativos	(9.087)	(79.046)
(Aumento)/Redução em empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(86.940)	602.033
(Aumento) em empréstimos e adiantamentos a clientes	(3.378.977)	(4.203.001)
(Aumento) em outros ativos	(396.728)	(293.365)
Aumento em passivos financeiros para negociação	3.921	3.986
(Redução) em relações com correspondentes	(22.622)	(160.063)
Aumento em depósitos de instituições financeiras	2.261.009	1.992.731
Aumento/(Redução) em depósitos de clientes	397.309	(36.689)
(Redução) em obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(742.584)	(1.188.990)
(Redução)/Aumento em passivos fiscais	(80.532)	32.362
(Redução)/Aumento em outros passivos	(464.546)	1.541.067
Imposto de renda e contribuição social pagos	(57.527)	(44.300)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(911.408)	(1.271.317)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação do ativo tangível	-	2.258
Alienação de ativos não correntes mantidos para venda	121.579	88.643
Aquisição do ativo tangível	(36.823)	(28.398)
Aplicações do ativo intangível	(17.480)	(29.328)
Aquisição de subsidiárias, líquida de caixa e equivalentes de caixa pagos	-	(218.727)
Variação de ativos financeiros disponíveis para venda	509.995	(366.287)
Variação de ativos financeiros mantidos até o vencimento	(155.712)	(301.125)
Aquisição da carteira de crédito do Banco Cruzeiro do Sul	(351)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	421.208	(852.964)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão de letras financeiras	843.140	854.950
(Redução) em obrigações por títulos e valores mobiliários	(33.489)	(460.527)
Aumento/(Redução) em dívidas subordinadas	11.234	(83.135)
Emissão de letras de crédito do agronegócio	314.769	267.433
Aumento de capital e depósito de acionista	-	1.758.929
Variação nas participações minoritárias	(3)	(8)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.135.651	2.337.642
AUMENTO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	645.451	213.361
Caixa e equivalentes a caixa no início do exercício	279.411	66.050
Caixa e equivalentes a caixa no final do exercício	924.862	279.411
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	645.451	213.361
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA		
Juros pagos	(1.662.367)	(687.454)
Juros recebidos	4.270.503	3.293.533
Transferência de ativos não correntes mantidos para venda	(202.749)	(198.839)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	(23.195)	(1.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS ADOTANDO O PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL DE RELATÓRIO FINANCEIRO (“IFRS”) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD– IASB”
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Panamericano S.A. (“Banco” “Banco PAN” “Grupo PAN” “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento a empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário a pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários - CRIs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, seguros dos ramos, prestamista, de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro desemprego), de vida em grupo e danos pessoais – DPVAT, e consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Ainda como estratégia de negócio e com vistas a manter a necessária linha de “funding” para as suas operações, o Banco PAN adotou a política de proceder à cessão de créditos de sua carteira de crédito. As cessões são realizadas para outras instituições financeiras e para fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”) constituídos com essa finalidade. A cessão de crédito faz parte da estratégia operacional da instituição.

Demonstra-se a seguir a composição acionária atual do Banco PAN.

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	149.156.346	51,00	33.114.219	13,65	182.270.565	34,06
Caixa Participações S.A. - Caixapar	143.307.049	49,00	54.802.722	22,59	198.109.771	37,02
Conselho de Administração	5	-	-	-	5	-
Mercado	-	-	154.695.734	63,76	154.695.734	28,92
Total	292.463.400	100,00	242.612.675	100,00	535.076.075	100,00

Aquisição

a) Ourinvest Real Estate Holding S.A.

Em 28/12/2011, o Banco PAN firmou Memorando de Entendimentos não vinculante com a Ourinvest Real Estate Holding S.A. (“Ourinvest”), os acionistas da Ourinvest (“Acionistas Ourinvest”), a TPG-Axon BFRE Holding, LLC (“TPG-Axon”), a Coyote Trail LLC (“Coyote”), o Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”) e a Brazilian Finance & Real Estate S.A. (“BFRE”), visando à assinatura de contratos definitivos para regular a aquisição indireta de 100% do capital social da BFRE (“Aquisição”).

A BFRE é uma das maiores provedoras de serviços financeiros com foco exclusivo no setor imobiliário do Brasil, atuando com grande destaque em todo o território nacional. As principais atividades desenvolvidas pela BFRE são: (i) o financiamento imobiliário para pessoas físicas, por meio da Brazilian Mortgages e BM Sua Casa; (ii) o financiamento para construção a incorporadores e construtores para o desenvolvimento de

empreendimentos imobiliários, por meio da Brazilian Mortgages; e (iii) a aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), por meio da Brazilian Securities, que é a maior companhia securitizadora do Brasil. A aquisição vem adicionar ao Banco PAN uma plataforma consolidada de originação de crédito com margens atraentes e garante a expansão de seu portfólio de produtos de crédito em um mercado com grande potencial de crescimento, assim como a ampliação da sua rede de distribuição, com a incorporação dos pontos de venda da BM Sua Casa.

A BFRE foi reorganizada a fim de segregar, em uma nova sociedade, as ações de emissão da Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos Imobiliários ("Brazilian Capital") - a qual desenvolve as atividades de gestão de investimentos em ativos imobiliários e que também atua como gestora e/ou consultora de investimentos para fundos de investimento imobiliários ou em participação ("Ativos de Gestão"), dos demais ativos e participações detidas pela BFRE. Em adição à participação na Brazilian Capital, não foram igualmente objeto da Aquisição pelo Banco PAN: (i) as atividades de administração de fundos de investimento imobiliários, que foram desenvolvidas pela Brazilian Mortgages ("Atividades de Administração"); e (ii) os investimentos proprietários em cotas de fundos de investimento imobiliários ou em participação detidos direta ou indiretamente pela BFRE e/ou por qualquer de suas Controladas ("Ativos Proprietários").

Os referidos Ativos de Gestão, as Atividades de Administração e os Ativos Proprietários não são de interesse do Banco PAN, pois não fazem parte da sua atividade principal de concessão de crédito e financiamento, exigiriam capital mínimo adicional e não possuem sinergia com as suas atividades. Desta forma, foi objeto da aquisição apenas os ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas Controladas da BFRE (quais sejam: BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities) ("Ativos de Originação, Financiamento e Securitização").

O valor global da Aquisição de 100% das participações na BFRE e suas controladas BM Sua Casa, Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, e, portanto, para a aquisição dos Ativos de Originação, Financiamento e Securitização, foi de R\$ 940.361 ("Valor de Aquisição").

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco PAN realizada em 25/04/2012, foi aprovada a aquisição indireta de 100% do capital social da Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE), conforme os Fatos Relevantes divulgados em 28/12/2011 e 01/02/2012.

O BACEN aprovou a transferência indireta do controle da Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária para o Banco PAN em 11/06/2012.

Em 19/07/2012, os acionistas da BFRE, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a cisão parcial da BFRE com a incorporação da parcela cindida pela BPMB IV Participações S.A. ("BPMB IV"), por meio da qual foi cindida da BFRE e vertido para a BPMB IV o investimento detido na Brazilian Capital Companhia de Gestão de Investimentos ("Brazilian Capital"). Após a cisão e na mesma data, foi concluída a aquisição indireta, pelo Banco PAN, de 100% do capital social da BFRE, e conseqüentemente dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos pelas controladas da BFRE.

Para fortalecer e aprimorar a nova estratégia de negócios do Banco PAN e as operações no mercado imobiliário decorrentes da aquisição da BFRE, o Banco PAN e a CAIXA celebraram, também em 25/04/2012, um Acordo Comercial por meio do qual a CAIXA adquirirá, mediante solicitação do Banco PAN, letras de crédito imobiliário e certificados de recebíveis imobiliários, emitidos pelo Banco PAN ou por companhia hipotecária ou securitizadora por ele controlada, conforme o caso. Esse Acordo Comercial vigorará pelo prazo de 7 (sete) anos, a contar da conclusão da aquisição da BFRE.

Por fim, o Banco BTG Pactual S.A. e a CAIXA aditaram o Acordo de Cooperação Operacional assinado em 31/01/2011 com o Banco PAN para, entre outras disposições, formalizar que o BTG Pactual, ou suas afiliadas, aplicará, observada a legislação aplicável, recursos adicionais em certificados de depósitos interfinanceiros, certificados de depósito bancário ou letras de crédito imobiliário de emissão do Banco PAN.

b) Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Conforme plano de convergência estabelecido pelo BACEN, por meio do Comunicado 14.259, de 10/03/2006, Resolução 3.786 do CMN, de 24/09/2009 e Circular 3.472 do BACEN, de 23/10/2009, as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria nos termos da regulamentação em vigor devem, a partir de 31/12/2010, elaborar e divulgar anualmente IFRS, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Accounting Standards Committee Foundation* (atualmente *IFRS Foundation*).

Estas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2013 foram aprovadas pela Diretoria em 31/03/2014.

2.2. Base de consolidação

a) Empresas consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as controladas e Entidades de Propósitos Específicos (EPEs), cujos percentuais de participação do controlador são os descritos a seguir.

Entende-se por “controladas” as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle. Essa possibilidade é, em geral, mas não necessariamente, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida. Controle é o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As “Entidades de Propósito Específico” (EPE) são criadas para cumprir um objetivo específico e bem definido em operações e estruturas específicas. Mesmo que não haja relação entre os acionistas, as entidades de propósito específico (SPE) são consolidadas de acordo com a SIC-12, caso a organização as controle sob uma perspectiva econômica.

	31/12/2013	31/12/2012
	%	%
Controlada direta:		
Panamericano Arrendamento Mercantil S.A.	99,97	99,97
PAN Seguros S.A.	99,99	99,99
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	99,99	99,99
Panamericano Adm. e Corretagem de Seguros e de Prev. Privada Ltda.	99,99	99,99
Ourinvest Real Estate Holding S.A (a)	100,00	100,00
Controlada indireta:		
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	99,99	99,99
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (a)	100,00	100,00
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (a)	99,99	99,99
BMSR II Participações S.A. (a)	99,99	99,99
Brazilian Securities Companhia de Securitização (a)	99,99	99,99
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária (a)	99,99	99,99
Entidades de Propósitos Específicos – EPEs:		
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa CDC FIDC”) (b) (c)	100,00	100,00
Caixa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Master CDC Veículos do Banco PAN (“Caixa Master CDC FIDC”) (b) (d)	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios F BP – Financeiro (“FIDC F BP”) (b) (e)	-	100,00
Fundos exclusivos:		
Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty (a)	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário Onix (a) (f)	-	100,00
BS Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário (a)	100,00	100,00

- (a) Empresas adquiridas em 2012 e consolidadas a partir de julho de 2012 (nota 1);
(b) O percentual está representado pelas cotas subordinadas, detidas pelo Banco. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os FIDCs foram consolidados conforme disposto no IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements”;
(c) Atual denominação do Autopan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Autopan FIDC”);
(d) Atual denominação do Master Pan Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Originários de CDC Veículos (“Master Pan FIDC”);
(e) FIDC encerrado em 28/06/2013, conforme instrumento particular de transferência de ativos e quitação de obrigações desta data; e
(f) FII encerrado em 28/02/2013, conforme ordem de transferência de cotas datado em 15/02/2013.

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas, os resultados oriundos das transações entre o Banco e suas controladas diretas e indiretas e o resultado originado nas operações do Banco com os FIDCs e de saldos de cessões de crédito com coobrigação com instituições financeiras decorrente de transações de vendas com retenção de riscos e benefícios.

No processo de consolidação dos FIDCs e de venda de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios com instituições financeiras, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios foi incorporado à carteira de “Empréstimos e recebíveis a clientes” do Banco, com o correspondente registro do financiamento na rubrica de “Passivos Financeiros ao custo amortizado – obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representado pelas cotas subordinadas mantidas pelo Banco nos FIDCs. O lucro não realizado oriundo das operações de cessões de crédito efetuadas foi eliminado integralmente como ajuste de “Receitas com juros e similares”.

Na rubrica “Receitas com juros similares”, na demonstração do resultado, foram registradas as rendas oriundas de direitos creditórios cedidos e o custo do financiamento na rubrica “Despesas com juros e similares”.

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas

operações, estão apresentadas nas rubricas de “Receitas com juros e similares” e “ Despesas com juros e similares”.

b) Fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs)

Considerando que o controle sobre os recebíveis cedidos aos Fundos permanece sob a responsabilidade do Banco (recebimento, repasse e cobrança) e são retidos substancialmente os riscos e benefícios sobre as operações, a Administração do Banco consolidou as demonstrações financeiras dos FIDCs às demonstrações financeiras consolidadas.

Os FIDCs foram constituídos nos termos da regulamentação em vigor, destinados a investidores qualificados e que possuem as seguintes características:

FIDC	Administrador	Tipo condomínio	Prazo de duração	Amortizações
Caixa CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.
Caixa Master CDC FIDC	Caixa Econômica Federal (“CAIXA”)	Condomínio aberto	Indeterminado	Não será admitida amortização de cotas, devendo seu valor ser liquidado no momento do resgate.

i. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelos FIDCs

O objetivo dos FIDCs é de adquirir, preponderantemente, direitos creditórios originários de operações financeiras de empréstimos, representadas por contratos de abertura de crédito para aquisição de veículos automotores (automóveis e motocicletas) do tipo Crédito Direto ao Consumidor – CDC, celebrados entre o Banco (cedente) e seus clientes.

Conforme estabelecido nos regulamentos dos FIDCs, esses buscam, mas não garantem atingir rentabilidade de percentual da taxa DI, conforme demonstrado abaixo:

Fundos	Rentabilidade
Caixa CDC FIDC	108% do CDI
Caixa Master CDC FIDC	112% do CDI

ii. Participação no patrimônio e nos resultados dos FIDCs

A relação mínima admitida entre o Patrimônio Líquido dos FIDCs e o valor das cotas seniores está demonstrada abaixo:

Fundos	%
Caixa CDC FIDC	130
Caixa Master CDC FIDC (a)	130

a) Em Assembleia Geral Extraordinária de cotistas, realizada em 16/03/2009, foi incluído no regulamento do fundo a permissão para que as cotas subordinadas possam ser divididas em classes especiais. A partir do mês de julho de 2009, o Banco PAN passou a subscrever apenas parte das cotas subordinadas. Em 31/12/2013, o Banco possuía em cotas subordinadas o montante de R\$ 203.304 de um total em R\$ 203.304 (em 31/12/2012, R\$ 293.954 e R\$ 441.486, respectivamente).

A diferença do Patrimônio Líquido dos FIDCs é representada pelas cotas subordinadas. Esta relação é apurada diariamente e informada aos cotistas mensalmente.

iii. **Natureza do envolvimento do banco com os FIDCs e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento**

Não há previsão de cobrança do Banco nas cessões de direitos creditórios já realizadas com os FIDCs Caixa CDC FIDC e o Caixa Master CDC FIDC. O Banco subscreve e deve manter no, mínimo, 30% do Patrimônio Líquido do FIDC em cotas subordinadas. Se ocorrer, porventura, o desenquadramento, o Banco, na qualidade de cotista subordinado, quando notificado, tem a possibilidade e não a obrigação de subscrever novas cotas subordinadas para manter a relação de subordinação, da mesma forma que tem a faculdade e não a obrigação de recomprar contratos inadimplentes, pois o risco do Banco se limita às cotas subordinadas já subscritas.

iv. **Montante e natureza dos créditos, obrigações, entre o Banco e os FIDCs, ativos transferidos pelo Banco e direitos de uso sobre ativos dos FIDCs**

Nos exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012, não houve cessões aos FIDCs. Ao manter os investimentos em cotas subordinadas dos FIDCs anteriormente mencionados, o Banco retém substancialmente os riscos e benefícios sobre os ativos transferidos e, desta forma, os recebíveis foram apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, portanto, não há ajustes em IFRS decorrentes dessas operações.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, os FIDCs apresentavam as seguintes situações patrimoniais:

	Caixa CDC FIDC		Caixa Master CDC FIDC		FIDC FBP Financeiro (2)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Disponibilidades	6	7	11	5	-	1
Aplicações interfinanceiras de liquidez TVM	1.549	5.926	4.049	14.952	-	-
Direitos creditórios	-	-	-	-	-	21.742
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	89.912	163.065	517.979	894.287	-	497.516
Outros valores	(57.334)	(60.231)	(316.313)	(305.585)	-	(213.739)
Total do Ativo	34.138	108.767	205.729	603.660	-	306.988
Passivo						
Outras obrigações	5	-	3	1	-	1.468
Patrimônio líquido	27	84	113	348	-	812
Cotas seniores	34.111	108.683	205.616	603.312	-	306.176
Cotas subordinadas	207	23.205	2.312	161.826	-	227.169
Cotas subordinadas – classe especial (1)	33.904	85.478	203.304	293.954	-	79.007
Total do Passivo	34.138	108.767	205.729	603.660	-	306.988

(1) Cotas de terceiros; e

(2) Fundo encerrado em 28/06/2013.

v. **Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs**

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor dos FIDCs, entretanto, as cotas subordinadas absorvem integralmente os efeitos dos resultados negativos das carteiras dos fundos, até o limite destas.

vi. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades dos FIDCs

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, o Banco e suas empresas controladas são os detentores da totalidade das cotas subordinadas dos FIDCs, no montante de R\$ 237.208 (R\$ 458.439 em 31/12/2012, respectivamente), sendo as demais cotas seniores e as subordinadas especiais pertencentes a investidores qualificados.

vii. Encerramentos dos FIDCs

Em Assembleia Geral de Cotista Extraordinária dos FIDCs (Caixa CDC FIDC e Caixa Master CDC FIDC), realizada em 21/10/2013 foi deliberado o encerramento dos mesmos. Dessa forma, em 20/01/2014, o Banco PAN adquiriu a totalidade das cotas dos FIDCs, sendo que o evento final de encerramento ocorreu em janeiro/2014.

2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Não houve em 31/12/2013 reclassificações relevantes que afetam a comparabilidade das Demonstrações Financeiras em IFRS.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando a Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que a partir de 31/12/2010 requer a elaboração de demonstração financeira consolidada de acordo com as "*International Financial Reporting Standards*" (IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board*" (IASB), traduzidas para o português pelo instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) por meio do resultado.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Moeda funcional e moeda de apresentação / transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade são apresentadas na moeda do ambiente econômico primário, na qual cada entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Reais, moeda funcional do Banco e de suas subsidiárias e também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos no resultado.

b) Definições, reconhecimento, classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros

i. Definições e reconhecimento

- Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.
- Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.
- Derivativo: é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo ou inferior em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.
- As compras e vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na data da negociação - data em que é assumido o compromisso de compra ou venda dos ativos e dos passivos.
- Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos e contabilizados pelo valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa no reconhecimento inicial.
- Os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação. A mensuração subsequente é feita através do custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros.
- Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data de fechamento da operação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros” da demonstração consolidada do resultado.
- Os valores pelos quais os ativos financeiros, exceto instrumento de capital são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito relativo a esses ativos financeiros na data de cada uma das demonstrações financeiras.

ii. Instrumentos financeiros

O Banco reconhece o ativo financeiro ou o passivo financeiro nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, se torna parte na data da negociação.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

iii. Classificação e reclassificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, o Banco classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:**

a) Ativos financeiros para negociação: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação e os instrumentos derivativos, exceto aqueles designados como instrumentos em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

b) Designados a valor justo: essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*). Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo, incluindo aqueles para negociação, são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”, e os juros na conta “Receita com juros e similares”.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda:** correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou aqueles não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos de dívidas classificados como “disponíveis para venda” são mensurados ao valor justo. As receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Resultados decorrentes de alterações no valor justo, com exceção das perdas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado, são contabilizados no item “Perdas não realizadas de ativos financeiros disponíveis para venda”, líquido de efeitos tributários na demonstração de resultados abrangente, e acumulados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento:** são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto:

- (a) os que a entidade designa no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado;
- (b) os que a entidade designa como disponível para venda; e
- (c) os que satisfazem a definição de empréstimos e recebíveis.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida pela taxa efetiva de juros.

- **Empréstimos e recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo este mensurado pelo custo amortizado, reduzido por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecida em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinado no reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro poderá ser reclassificado entre categorias em circunstâncias excepcionais previstas no IAS 39. Para a reclassificação de um instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado, qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertido e o valor justo do instrumento financeiro, na data de sua reclassificação, se torna seu novo custo. Será reclassificado da categoria de instrumentos financeiros mantidos até o vencimento quando não houver mais a intenção ou capacidade financeira de se manter o ativo até o vencimento. Da categoria de empréstimos e recebíveis deverá ser reclassificado quando do aparecimento de mercado frequentemente negociado e havendo a intenção de negociação por parte da administração.

iv. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

- **Caixa e equivalente de caixa:** saldos de caixa, depósitos à vista no Brasil e no exterior, e investimento de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais em até noventa dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.
- **Empréstimos e recebíveis:** incluem os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. As operações de crédito e de arrendamento mercantil compreendem os empréstimos e títulos descontados, financiamentos e outros créditos.
- **Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras:** créditos de qualquer natureza, inclusive em operações realizadas no mercado aberto, em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil, exceto os representado por títulos.
- **Instrumentos de dívida:** representam os bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor rendem juros e foram emitidos de forma física ou escritural.
- **Instrumentos de patrimônio:** são os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, em entidades controladas ou em conjunto ou coligadas.
- **Outros ativos:** referem-se, basicamente, a saldos a receber no curto prazo junto a entidades não consideradas como “Instituições Financeiras” ou Clientes decorrentes principalmente de valores pendentes de liquidação no curto prazo, valores a liquidar e quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.
- **Custos de aquisição diferidos:** As despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado mensalmente, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices.
- **Derivativos:** inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que foram designados como instrumento de cobertura (*hedge*) em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*) e outros instrumentos financeiros derivativos.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

De acordo com o IAS 39, os passivos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivos financeiros para negociação:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos não designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*).

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

- **Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado:** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os derivativos designados em estruturas de cobertura contábil (*hedge accounting*), incluindo os passivos financeiros objetos de cobertura contábil.

Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos passivos financeiros para negociação são reconhecidos no resultado na conta “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** compreendem aqueles passivos que são atualizados, subsequentemente, pela taxa efetiva de juros, que desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do passivo. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro (custo da transação).

As despesas de juros dos instrumentos financeiros passivos, são incluídas na demonstração consolidada do resultado na conta de “Despesas de juros e similares”.

vi. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- **Depósitos de instituições financeiras:** depósitos de qualquer natureza, inclusive no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras e outras entidades cujo funcionamento seja condicionado à autorização do Banco Central do Brasil.
- **Depósitos de clientes:** inclui os depósitos a prazo recebidos pelo Banco e todos os demais saldos credores do Banco junto aos seus clientes.
- **Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior:** inclui o valor de dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.
- **Derivativos:** valor justo a pagar pelo Banco nos derivativos incluindo os instrumentos designados em estruturas de cobertura contábil dos instrumentos de *hedge* (*hedge accounting*).
- **Relações com correspondentes:** inclui os passivos assumidos em operações de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, em virtude de parcelas recebidas antecipadamente a serem repassadas aos cessionários, mensurados com base na taxa de cessão.
- **Dívidas subordinadas:** refere-se às operações de captação por meio de emissão de notas subordinadas no exterior.
- **Recursos de emissão de títulos:** refere-se a fontes de captação para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.

- **Obrigações por empréstimos e repasses:** refere-se a fontes de captação no Brasil e no exterior para financiamento das operações do PAN. São inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que a instituição designou os passivos a valor justo contra resultado.
- **Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** representa a obrigação em operações de cessão de crédito com coobrigação ou sem coobrigação no caso dos FIDCs, nas quais há a retenção substancial de riscos e benefícios dos ativos. Os valores são representados pelo valor presente dos compromissos financeiros futuros descapitalizados pela taxa original da cessão de crédito.

c) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento, os empréstimos e adiantamentos e outros ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não mensurados pelo valor justo são registrados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado, sendo seu valor justo correspondente divulgado em nota explicativa nas demonstrações financeiras consolidadas (nota 3Cv).

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Nesse caso, o ganho ou perda acumulada na conta específica do patrimônio líquido é transferido para o resultado do exercício na conta de "Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros". Os juros/ganhos e perdas de variação cambial de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos no resultado do exercício. Os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). O instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis provenientes de negócio, negociante, corretor, grupo industrial, serviço de preços ou agência reguladora, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em base em que não exista relacionamento entre as partes.

O valor justo na data do negócio equivale ao preço de transação. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros negociados em bolsa incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente. Se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido – (VPL), e outros métodos, considerando as taxas de “input” observadas no mercado na respectiva data base.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Certos passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente.

Existem também os passivos financeiros a valor justo no resultado que se referem a obrigações de títulos e valores mobiliários no exterior, dívidas subordinadas e instrumentos financeiros derivativos gerados em posições passivas em contratos de “swap” e futuros. O valor justo é mensurado pelo critério do valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros, descontados por taxas divulgadas no mercado futuro na data do balanço.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir demonstra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros em 31/12/2013 e 31/12/2012, classificados com base nos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar o seu valor justo:

	31/12/2013		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	87.226	212.110	299.336
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	198.617	198.617
Ativos financeiros disponíveis para venda	802.247	122.767	925.014
Passivos financeiros para negociação	6.235	2.205	8.440
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	2.047.776	2.047.776

	31/12/2012		
	Cotações de preço em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	102.319	462.718	565.037
Outros ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	204.703	204.703
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.423.564	11.445	1.435.009
Passivos financeiros para negociação	742	3.777	4.519
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	1.799.955	1.799.955

A seguir, os modelos internos adotados para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em dados observáveis com instrumentos financeiros similares (Nível 2):

	Dados observáveis com instrumentos financeiros similares		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	31/12/2013	31/12/2012		
ATIVO:	533.494	678.866		
Ativos financeiros para negociação	212.110	462.718		
Contratos de "swap"	16.983	632	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	303.026	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Recebíveis Imobiliários	195.127	159.060	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Ativos financeiros disponíveis para venda	122.767	11.445		
Certificados de Recebíveis Imobiliários	122.767	11.445	Método do valor presente	Operações recentes efetuadas (características e riscos similares)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	198.617	204.703		
Contratos de "swap"	198.617	204.703	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
PASSIVO:	2.049.981	1.803.732		
Passivos financeiros para negociação	2.205	3.777		
Contratos de "swap"	1.954	3.777	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Contratos de "NDF"	251	-	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	2.047.776	1.799.955		
Contratos de "swap"	8.732	3.742	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Dívidas subordinadas	1.351.140	1.183.625	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	687.904	612.588	Método do valor presente líquido	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros) - BM&FBovespa

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida, patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Mercado Ativo: é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: Dados observáveis, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados por, dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3: O Banco não apresentava em 31/12/2013 e 31/12/2012 instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos que não utilizam substancialmente dados de mercado observáveis.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros classificados como “para negociação” são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado na rubrica “Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros”.

v. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Conforme mencionado anteriormente, os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco, exceto os passivos financeiros para negociação e outros passivos financeiros ao valor justo no resultado, são mensurados pelo custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

A seguir apresenta-se uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco não mensurados a valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis	15.702.798	16.011.914	12.753.620	13.696.136
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.472.101	14.781.217	12.244.228	13.186.744
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.230.697	1.230.697	509.392	509.392
Ativos mantidos até o vencimento	457.603	435.087	301.891	303.817
Instrumentos de dívida	457.603	435.087	301.891	303.817
Passivos financeiros ao custo amortizado	15.799.158	14.618.527	12.526.543	12.521.977
Depósitos de clientes	2.860.930	3.168.668	2.463.621	3.485.588
Recursos de Emissão de Títulos	4.436.843	4.180.640	2.952.170	3.376.668
Obrigações por Empréstimos e Repasses	339.849	239.141	445.019	456.789
Depósitos de instituições financeiras	7.491.372	6.359.914	5.230.363	3.767.562
Relações com correspondente	129.740	129.740	152.362	152.362
Obrigações por op. de venda ou de transf. de ativos financeiros	540.424	540.424	1.283.008	1.283.008

As premissas utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas a seguir:

- As operações de empréstimos e adiantamentos a clientes referem-se, basicamente, às operações com taxas pré-fixadas cujo valor justo foi calculado com base nas taxas de juros praticadas pelo Banco nas respectivas datas-bases. As operações de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras representam as operações compromissadas de curto prazo e os certificados de depósitos interfinanceiros indexados principalmente a taxas pós-fixadas e os seus valores contábeis se aproximam ao valor justo das operações. Os instrumentos de dívidas mantidos até o vencimento incluem cotas de fundos de investimentos, títulos públicos e DPGE. Seus valores justos foram calculados pelas respectivas cotas, PU Anbima e pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro BM&FBOVESPA, respectivamente.
- Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se, basicamente, às operações de depósitos e captações atreladas às taxas pós-fixadas ou indexadores, tais como CDI, IGPM, IPCA e INPC.
- Para as operações de captação por meio de depósitos com taxas prefixadas e as captações no exterior em moeda estrangeira, o valor justo foi calculado pelo critério de valor presente líquido dos fluxos de caixa que foram descontados por taxas divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA).

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando, e apenas se:

- O direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido; ou
- O Banco transferiu o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou reter os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se: (a) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) o Banco não transferiu substancialmente ou reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tenha transferido o controle sobre o ativo.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém quando todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco estes não são baixados do balanço patrimonial consolidado. Transferências de ativos com retenção de todos ou a maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessões de créditos com coobrigação efetuados às instituições financeiras e sem coobrigação efetuados aos FIDCs conforme mencionado na nota 2, e operação de venda de títulos com compromissos de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

ii. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo

existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Conforme o IAS 39, os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

De acordo com a política interna de gestão de riscos, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens *hedgeados* quando da designação inicial da operação, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*.

O Banco avalia, no início da operação e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo dos respectivos itens *hedgeados* durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade estabelecidos pelo IAS 39.

- **Hedge de valor justo**

Quando um derivativo é designado como *hedge* de valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme, as variações no valor justo do derivativo e as variações no valor justo do item objeto de *hedge* são reconhecidas diretamente no resultado do período.

- **Estrutura de Hedge**

No primeiro semestre de 2011, o Banco estruturou operação de *hedge* contábil de valor justo utilizando *SWAPs* cambiais e de taxa de juros com o objetivo de minimizar o risco de juros (cupom cambial) das captações externas em aberto (obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior e dívidas subordinadas).

Dessa forma, o Banco passou a realizar a marcação a mercado das dívidas subordinadas e obrigações por títulos e valores mobiliários emitidos no exterior, e dos derivativos de *hedge*, realizando testes periódicos prospectivos e retrospectivos de efetividade do *hedge* contábil e passou a reconhecer o resultado dos derivativos e dos itens objeto de *hedge* diretamente no resultado do exercício.

- **Posição ativa**

A posição ativa da operação de *hedge* contábil é composta por posições em Dólar Americano (US\$) e taxas de juros (Depósito Interfinanceiro/ CDI ou Prefixada) que apresentam como fatores primitivos de risco o preço à vista da moeda americana (dólar pronto) e a taxa de juros prefixada em reais (curva pré).

- **Posição passiva**

A posição passiva da operação de *hedge* é composta por instrumentos de dívida emitidos nos mercados internacionais, na forma de *Euro Medium-Term Notes (Bonds)* e dívida subordinada. À semelhança dos *Bonds*, representam a obrigação do emitente em pagar periodicamente juros a seu detentor, reembolsando o principal na data do vencimento.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados na operação de *hedge* contábil estão apresentados na nota 10.

g) Redução do valor recuperável (“*Impairment*”) de ativos financeiros

As perdas em ativos financeiros não classificados como “para negociação” são reconhecidas quando há evidência de deterioração em ativo individualmente ou de um grupo de ativos com as mesmas características (caso estes não sejam significativos para avaliação individual).

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados para os ativos financeiros classificados na categoria de “empréstimos e recebíveis”, para atribuição dos níveis de riscos dos seus clientes, os períodos de atraso das operações.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência no pagamento dos juros, dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da Administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis e ativos mantidos até o vencimento é reconhecida no resultado na conta de “Perdas (líquidas de recuperações) no valor recuperável de ativos financeiros” em contrapartida da respectiva conta patrimonial do ativo financeiro. O reconhecimento de juros de ativos financeiros é suspenso quando a operação não representa benefícios prováveis de recuperação. Maiores detalhes quanto à redução de valores recuperáveis de ativos financeiros estão apresentados na nota 7.2.1 – Risco de Crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável com instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em instrumentos de dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

Os empréstimos renegociados sujeitos à avaliação da redução do valor recuperável são tratados como novos empréstimos, mantendo-se inalterada a avaliação do risco de crédito ao devedor para fins de mensuração da redução do valor recuperável.

O Banco utiliza como prática a baixa para prejuízo das operações vencidas há mais de um ano, quando já foram esgotados todos os procedimentos de cobrança e renegociação e, neste caso, essas operações são consideradas improváveis quanto a sua recuperação. Essas operações passam a ser controladas fora do balanço patrimonial.

Em caso de redução ao valor recuperável dos ativos mantidos até o vencimento, a perda é reconhecida como uma diminuição do valor contábil do ativo, sendo incluído no resultado do período

h) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

A redução do valor recuperável (*“impairment”*) dos ativos não financeiros – é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores de ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

i) Operações compromissadas

As compras de ativos financeiros vinculadas a contratos de revenda são reconhecidas como um financiamento concedido, garantido por ativo financeiro, sendo consideradas, quando aplicável, como “Caixa e equivalentes de caixa”.

As vendas de ativos financeiros vinculadas a contratos de recompra são reconhecidas como um financiamento recebido, garantido por ativo financeiro, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na conta “Depósitos de instituições financeiras” (passivo).

As variações do resultado entre os preços de compra e de venda são reconhecidos como “Receitas de juros e similares” e “Despesas de juros e similares” ao longo do prazo do respectivo contrato.

j) Ativos não correntes mantidos para venda

O Banco classifica os ativos em não correntes mantidos para venda, quando seu valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda e não pelo uso contínuo e que também satisfaçam aos critérios de classificação como mantidos para venda. Estes são avaliados pelo menor valor entre o saldo contábil e o valor justo, por meio da utilização de percentuais históricos de recuperação que representam a melhor estimativa da Administração.

k) Ativos tangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

São representados pelos valores de imóveis, veículos, sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “Outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para veículos e sistemas de processamento de dados, 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso e 25 anos para imóveis.

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das demonstrações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo possa ter valor não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser re-estimada).

Os ganhos e perdas de alienação são determinados pela comparação entre o valor líquido recebido e o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” na demonstração consolidada do resultado.

Benfeitorias em imóveis de terceiros: Somente são reconhecidos ativos tangíveis cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos tangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer ajustes ao valor recuperável.

A amortização dos ativos tangíveis é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel.

As entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável deste grupo de ativos. Os critérios utilizados para reconhecer estas perdas são similares aos utilizados para ativos tangíveis.

I) Ativos intangíveis

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção de entidade ou exercidos com essa finalidade.

São representados por:

i) Licenças:

As licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Já as adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as licenças com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

ii) Softwares:

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de dois a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banco, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

m) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive, se aplicável, ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável. Eventuais perdas por *impairment* de ágio não são revertidas posteriormente.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

n) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessários) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Os riscos decorrentes das ações administrativas ou judiciais de caráter tributário, cível e trabalhista são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.
- Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle das entidades consolidadas. Não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

o) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas estão resumidos a seguir:

i. Receitas e despesas com juros e similares

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, ágios ou deságios, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

ii. Receitas de tarifas e comissões

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- As receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo, são reconhecidas no resultado pelo prazo contratual das operações; e
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços.

iii. Receitas e despesas operacionais

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pela entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

p) Garantias financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas ao valor justo, na rubrica de “Receitas de tarifas e comissões”, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros recebidos e a receber desses contratos ao longo de seu prazo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução ao valor recuperável sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

q) Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários.

ii. Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

Os benefícios que vencem em mais de doze meses após a data do balanço, quando aplicável, são descontados a valor presente.

r) Imposto sobre a renda – corrente e diferido

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre determinados limites e contribuição social de 15% para as empresas financeiras e do ramo de seguros, e de 9% para as demais empresas.

Por meio de estudo técnico realizado pela Administração, a expectativa de recuperação dos créditos tributários contabilizados é de até dez anos (vide detalhamento na nota 15d). A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis ou não tributáveis.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa do Imposto de renda e Contribuição social é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

s) Operações de arrendamento mercantil (arrendador)

Os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro e apresentados no balanço patrimonial consolidado na conta de “Empréstimos e recebíveis”.

O balanço patrimonial consolidado foi elaborado considerando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, a valor presente, demonstradas a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Carteira de arrendamento	3.398	8.206
Imobilizado de arrendamento	455.304	835.753
Depreciações acumuladas	(389.769)	(670.717)
Superveniência de depreciação	328.589	594.924
Credores por antecipação do valor residual	(258.320)	(436.829)
Saldo a valor presente	139.202	331.337

t) Contratos de seguros

O IFRS 4 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguros". A controlada PAN Seguros S.A. procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contrato de seguro", uma vez que os contratos emitidos transferem o risco significativo de seguro. A controlada PAN Seguros S.A. define como risco significativo de seguro, como a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro.

• Passivos por contratos de seguro (Provisões técnicas de seguros)

Conforme permitido pelo IFRS 1, na adoção do IFRS pela primeira vez, a Seguradora decidiu não alterar sua política contábil para contratos de seguros, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP").

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pelo Órgão Regulador das Seguradoras e com base em metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA).

Atualmente, as provisões técnicas constituídas pela controlada PAN Seguros são calculadas a partir das seguintes metodologias:

I. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

O cálculo desta provisão é realizado a partir dos seguintes critérios de constituição:

(a) Cálculos individuais por apólice ou endosso representativo de todos os contratos de seguros vigentes na data base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da PPNG é efetuado por certificado ou item.

(b) Cálculo da provisão efetuado "*pro rata die*", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco, no mês de constituição.

(c) Cálculo a partir do prêmio comercial retido, que corresponde ao valor recebido ou a receber do segurado (valor do prêmio emitido, pago à vista ou parcelado), nas operações de seguro direto ou de congêneres (nas operações de cosseguro aceito), líquido de cancelamentos, de restituições e de parcelas de prêmios transferidas a terceiros, em operações com congêneres (nas operações de cosseguro cedido).

(d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão deve ser calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco;

(e) A sociedade seguradora não utiliza da prerrogativa da exclusão dos custos iniciais de contratação da base de cálculo da PPNG.

II. Provisão de prêmios não ganhos - Riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE)

Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada PAN Seguros S.A., a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios, apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 meses, ou sobre a PPNG do mês de referência.

III. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

Constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos a sinistros avisados, até a data base do cálculo, de acordo com a responsabilidade da controlada PAN Seguros S.A., obedecidos os seguintes critérios estabelecidos em norma:

(a) A controlada PAN Seguros S.A. possui uma metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial para a apuração da PSL, a qual considera as indenizações e as despesas relacionadas, inclusive nos casos referentes às ações em demandas judiciais.

(b) A data de aviso do sinistro é correspondente a data do efetivo registro por parte da controlada PAN Seguros S.A..

(c) O fato gerador da baixa da PSL é o efetivo recebimento da indenização, pelo Segurado ou Beneficiário, ou conforme os demais casos previstos em Lei.

(d) Os sinistros avisados às sociedades seguradoras, inclusive os sinistros em demanda judicial, são registrados tomando-se por base:

(i) o valor acordado entre o segurado e a controlada PAN Seguros S.A.;

(ii) o valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela controlada PAN Seguros S.A.;

(iii) o valor estimado pela controlada PAN Seguros S.A., quando não tenha o segurado indicado a avaliação do sinistro;

(iv) o valor igual à metade da soma da importância reclamada pelo segurado e da oferecida pela controlada PAN Seguros S.A., no caso de divergência de avaliação, limitado à importância segurada do risco coberto no sinistro;

(v) o valor resultante da sentença transitada em julgado;

(vi) o valor do sinistro médio, para os ramos em que a sociedade seguradora possua informações capazes de gerar estatísticas consistentes, devendo ajustar esse valor registrado, após cada reavaliação do sinistro que melhore a estimativa da indenização a ser paga.

O critério de apuração da PSL, citado acima, está descrito em Nota Técnica Atuarial, a qual possui, também, uma metodologia estatístico-atuarial, para apurar uma eventual necessidade de ajuste da provisão aos valores atualmente constituídos para cada ramo estudado, conhecida no mercado segurador pela abreviatura “IBNER – Incurred but not enough reported”, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar o valor dos sinistros avisados a serem liquidados. Contudo, esta metodologia não é ainda aplicada pela Seguradora, uma vez que a PSL não apresentou insuficiência nos diversos testes de consistência já realizados.

A provisão de sinistros a liquidar para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Seguradora Líder).

IV. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

O cálculo desta provisão visa a cobertura do valor esperado dos sinistros ocorridos e ainda não avisados, até a data base de cálculo, considerando as indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade da controlada PAN Seguros S.A..

A metodologia de cálculo aplicada pela controlada PAN Seguros S.A., a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, é calculada com base em critério estatístico-atuarial, conhecidos como triângulo de *run-off*,

que consideram o desenvolvimento trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

Ainda em relação aos ramos em que a Provisão de IBNR é determinada a partir da metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial, verificamos, através dos diversos testes de consistência já realizados, que não há necessidade de realizar ajustes agregados nesta provisão, também conhecido como “IBNER – Incurred but not enough reported”, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar o valor dos sinistros ocorridos mas não avisados a serem liquidados.

Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, ocasionados pelo pequeno contingente numérico de sinistros computados na base de dados da controlada PAN Seguros S.A., a provisão de IBNR é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pelo normativo do Órgão Regulador das Seguradoras.

A provisão de IBNR para o ramo DPVAT é constituída mensalmente com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder.

V. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados.

Em resumo, a PDR é obtida através de um processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo:

- ALAE – Parcela 1 – Despesas ocorridas mas não avisadas – IBNR;
- ALAE – Parcela 2 – Despesas avisadas mas não liquidadas – (PSL e IBNER);
- ULAE – Parcela 3 – Despesas ocorridas mas não avisadas – IBNR; e
- ULAE – Parcela 4 – Despesas avisadas mas não liquidadas – (PSL e IBNER).
- Onde:
- ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e
- ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros – não alocáveis.

VI. Teste de adequação de passivos – TAP

Atendendo ao IFRS 4 e regulamentação do órgão regulador das Seguradoras que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Seguradora deve avaliar, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na

data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, o resultado do TAP deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP nº 457/12, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data base de 31/12/2013, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31/12/2013 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos – 8%

Seguro de Pessoas – 18,48%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da PAN Seguros, data-base de 31/12/2013, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/12.

u) Operações de consórcio

A taxa de administração de consórcio é contabilizada quando do seu recebimento dos grupos de consórcio, à medida que os serviços são prestados. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das cotas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundo de investimento no qual os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas no grupo “outros passivos”, no consolidado.

v) Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificado de depósito bancário e fundo de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

- Fluxos de caixa: são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de receita e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento.

w) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 não existiam investimentos com potencial de diluição no Banco.

x) Patrimônio líquido

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho da Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

y) Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Banco.

As receitas e despesas diretamente relacionadas com cada segmento são consideradas na avaliação do desempenho do segmento de negócios.

De acordo com o IFRS 8, o Banco possui os seguintes segmentos de negócios: (i) Financeiro; (ii) Seguros; (iii) Consórcios e (iv) Securitização de Recebíveis; (v) Promotora de Vendas; e (vi) Outros.

z) Benefício residual em operações securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/1997, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

4. USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS, CRÍTICAS E JULGAMENTOS

As demonstrações financeiras consolidadas são influenciadas pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos do Banco. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pelo Banco são as melhores estimativas disponíveis e estão de acordo com as normas contábeis aplicáveis. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas pelo Banco e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas que consideram os eventos futuros. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significantes estão descritas abaixo:

a) Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como ativos e passivos financeiros para negociação, inclusive derivativos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados com base no preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação realizada entre participantes independentes na data da mensuração, sem favorecimento. Há diferentes níveis de dados que devem ser usados para mensurar o valor justo dos instrumentos financeiros (nota 9): os dados observáveis que refletem os preços cotados de ativos ou passivos idênticos nos mercados ativos (nível 1), os dados que são direta ou indiretamente observáveis como ativos ou passivos semelhantes (nível 2), ativos ou passivos idênticos em mercados sem liquidez e dados de mercado não observáveis que refletem as próprias premissas do Banco ao precificar um ativo ou passivo (nível 3). Maximiza-se o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo. Para chegar a uma estimativa de valor justo de um instrumento mensurado com base em mercados não observáveis, o Banco primeiro determina o modelo apropriado a ser adotado e devido à falta de acompanhamento dos dados significativos, avalia todos os dados baseados nas experiências relevantes na derivação de dados de avaliação, inclusive, porém não se limitando a, curvas de rentabilidade, taxas de juros, volatilidades, preços de participações no capital ou dívidas, taxas de câmbio e curvas de crédito. Além disso, a respeito dos produtos que não são negociados em bolsa, a decisão do Banco deve ser considerada para avaliar o nível apropriado de ajustes de avaliação para refletir a qualidade de crédito da contraparte, o próprio valor de crédito, limitações de liquidez e parâmetros não observáveis, quando relevante. Embora se acredite que os métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles praticados no mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para apurar o valor justo de determinados instrumentos financeiros poderia resultar em uma estimativa diferente de valor justo na data de divulgação e/ou liquidação.

b) Mensuração do valor recuperável de ativos financeiros da categoria “Empréstimos e recebíveis”

Os ativos classificados na categoria de Empréstimos e recebíveis são mensurados por meio do custo amortizado e atualizados pela taxa efetiva de juros.

Para fins de IFRS no âmbito do IAS 39, na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco deve avaliar as perdas inerentes a ativos financeiros disponíveis para venda e aqueles mensurados ao custo amortizado. A determinação da perda por redução ao valor recuperável com empréstimos e recebíveis exige um alto nível de julgamentos que envolve critérios diversos de avaliação, tais como:

- análise das características gerais da carteira de empréstimos e recebíveis;
- risco das operações; e
- qualidade das garantias (quando aplicável).

O Banco utiliza-se de modelos internos para analisar as carteiras de empréstimos e recebíveis para determinar a provisão necessária para perdas conforme nota 7. Nesses modelos são aplicados fatores estatísticos de perda histórica observável de uma janela de tempo suficiente para capturar efeitos sazonais e remover os efeitos de condições de mercado incomuns para grupos de empréstimo com características de risco semelhantes.

As metodologias e as suposições usadas são revistas regularmente para reduzir qualquer diferença entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

c) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ativos não correntes mantidos para venda

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, o Banco possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. O Banco mantém provisão para desvalorização de veículos e afins relativos a ativos não correntes mantidos para venda.

d) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Conforme nota 15, ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do Banco, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Variações nos montantes depositados ;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

5.1. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS APLICÁVEIS EM 31/12/2013

- Alteração do IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Em 31/12/2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offseting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- Alteração do IAS 19 – Benefícios aos Empregados: Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 11 – Negócios em Conjunto – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operation*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

- IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Ciclo Anual de Melhorias (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS's), IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras, IAS 16 – Imobilizado, IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Estas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

5.2. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para fins da IFRS em períodos após a data destas demonstrações financeiras:

- Alteração do IAS 32 – “Instrumentos Financeiros - Apresentação” – essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de “*offseting*” de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 01/01/2014. Estão sendo analisados os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração.

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” – as principais mudanças da IFRS 9 em relação à IAS 39 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos

financeiros, que estão atualmente no escopo da IAS 39, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento da IAS 39 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da IAS 39 foi extinto pelos conceitos desta nova IFRS. Não é efetivo até 01/01/2015, e o IASB permite sua adoção antecipada.

- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Efetiva a partir de 01/01/2014 e, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não gerarão impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

- IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Esta alteração permite a continuação de *Hedge Accounting*, mesmo que um derivativo seja novado (transferido) para uma *Clearing*, dentro de certas condições. Efetiva a partir de 01/01/2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

- Entidades para Investimento: Alterações no IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, IFRS 12 – “Divulgação de Participações em Outras Entidades” e IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Separadas”. São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização de capital, rendas de investimento ou ambos. Efetiva a partir de 01/01/2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

- IAS 19 – “Benefícios a Empregados” – essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados. Efetiva a partir de 01/07/2014.

6. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

As seguintes combinações de negócios, que ocorreram durante os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012, foram contabilizadas e estão sendo divulgadas de acordo com o IFRS 3 (R) Combinação de Negócios.

6.1. Brazilian Finance & Real Estate S.A. (BFRE)

Em 19/07/2012, o Banco finalizou a operação de compra de 100% das ações integrantes do capital da Brazilian Finance & Real Estate S.A., (BFRE), por meio da aquisição de 100% do capital de sua controladora, Ourinvest Real Estate Holding S.A. (OREH), conforme descrito na Nota 1.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Ourinvest (BFRE) em 19/07/2012 é apresentado a seguir:

Balanco Patrimonial	Valor justo reconhecido na aquisição
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	7.087
Ativos financeiros para negociação e disponíveis para a venda	1.179.897
Empréstimos e recebíveis	1.446.241
Ativo imobilizado e intangível	168.581
Outros Ativos	92.829
Total	2.894.635
Passivos	
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	204.682
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.381.023
Outros passivos	429.611
Total	2.015.316
Total de ativos e passivos líquidos identificados	879.319
Ágio na aquisição	218.727
Total pago na aquisição	1.098.046

O valor do ágio reconhecido na aquisição de R\$ 218.727 compreende o valor de sinergia esperada pela aquisição e rentabilidade futura, que não foi possível reconhecer separadamente. Durante o processo de alocação do preço de compra, o Banco reconheceu ativos líquidos ao valor justo na transação. Não foram identificados e reconhecidos outros ativos intangíveis em função da não identificação dos mesmos na análise da combinação de negócios. O valor total transferido na aquisição compreende a caixa e equivalentes de caixa.

O Banco Pan procedeu ao teste de recuperação do ágio para a identificação de possível perda com redução ao valor recuperável, não sendo necessário proceder nenhum ajuste no mesmo. Foram utilizadas as seguintes premissas para o teste do ágio:

- Plano de negócios relativos aos próximos dez (10) anos da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas, aprovado pelo Conselho de Administração; e
- Ajuste a valor presente dos resultados anuais da Ourinvest Real Estate Holding S.A. e suas controladas constantes do plano de negócios, utilizando-se uma taxa projetada do DI pela área técnica do Banco de 10,423%.

6.2. Carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S.A.

Em 26/04/2013 o Banco PAN adquiriu, pelo valor de R\$ 351,0 milhões, os direitos creditórios sobre a carteira de cartão de crédito consignado do Banco Cruzeiro do Sul S/A – em liquidação extrajudicial, originada por 237 convênios, dentre órgãos públicos das 3 esferas, quer da administração direta ou indireta, além de 7 convênios com empresas do setor privado, por meio de leilão público em lote único.

A referida carteira conta com aproximadamente 471 mil cartões emitidos, sendo 321 mil ativos. Com esta aquisição, a Companhia reforçou sua posição nos segmentos de cartões de crédito e crédito consignado.

A aquisição gerou um desconto (deságio) de R\$ 27.424 e despesas com a aquisição de R\$ 17.550, que foram apropriados ao resultado do Banco PAN, no momento da aquisição da carteira.

7. GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL E RISCOS FINANCEIROS

7.1. Introdução e visão geral

O Banco está exposto aos seguintes principais riscos provenientes de suas atividades e dos instrumentos financeiros utilizados:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a estrutura de Gerenciamento de Riscos com as informações da estrutura de capital.

7.2. Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração representa a maior instância na estrutura de gestão do Banco, sendo subordinados a ele o Diretor Presidente e a estrutura de Auditoria. As diretorias, segmentadas por tipo de atividade e negócio, estão ligadas diretamente ao Diretor Presidente. Entre essas, está a Diretoria de Controladoria e Compliance, que possui a atribuição de definir as metodologias e métricas de risco, assim como o monitoramento e reporte de todos os riscos financeiros que a atividade bancária está sujeita.

A unidade responsável pelo gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é a Gerência Geral de Riscos Corporativos. O risco de crédito é administrado pela Gerência Geral de Risco de Crédito e o Risco Operacional, pela Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.

O Banco Pan adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

- **Risco de Crédito:** Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito da contraparte está relacionado ao não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações financeiras de títulos e valores mobiliários e de derivativos.

- **Risco de Liquidez:** Definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.
- **Risco de Mercado:** Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco. Essas flutuações podem ser advindas de variações de preços (ações e mercadorias), de taxas de juros, de índices de preço, de câmbio e/ou de volatilidade, as quais alteram o valor de mercado dos títulos possuídos pela instituição.
- **Risco Operacional:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Os eventos de risco operacional podem ser:
 - Fraudes internas e externas;
 - Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
 - Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
 - Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
 - Fatores que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
 - Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
 - Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

7.2.1 Risco de crédito

Na estrutura do Banco Pan, tanto na concessão de crédito como no gerenciamento dos riscos de crédito e na cobrança e recuperação de ativos, a carteira é dividida nos segmentos empresas, varejo e crédito imobiliário, sendo o primeiro composto por empréstimos e financiamentos a pessoas jurídicas e os demais a pessoas físicas (Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Leasing, Crédito Pessoal, Cartões de Crédito, Consignado e Crédito Imobiliário).

a) Políticas e estratégias da gestão de risco de crédito

A unidade de gerenciamento de risco de crédito tem como objetivos:

- Monitorar a concentração de exposição por contrapartes, área geográfica e setor de atividade;
- Identificar, mensurar, monitorar e reportar o risco de crédito das carteiras, bem como acompanhar o volume de provisionamento regulatório e gerencial;
- Propor, acompanhar e reportar os limites de exposição aos riscos de crédito de carteira;
- Disseminar junto às unidades, principalmente as de negócio e produto, as melhores práticas relacionadas ao gerenciamento do risco de crédito de carteira; e
- Monitorar, reportar e propor ações de mitigação, visando manter a exposição a risco de crédito de carteira alinhada à estratégia de negócios definida pela alta administração.

A Auditoria Interna realiza auditorias regulares nas unidades de negócios e nos processos de crédito do Grupo.

b) Ciclo de Crédito

O Banco Pan tem como premissa básica para a concessão de crédito, a análise capacidade de caixa e capacidade de acesso às linhas de crédito da empresa ou a capacidade de pagamento da pessoa física.

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não sendo o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para cada um dos principais segmentos de atuação, empresas, varejo e crédito imobiliário:

I. Empresas

Nas operações com empresas, os clientes são avaliados atendendo aos princípios de seletividade e aderência do ramo de atividade à modalidade da operação proposta. O processo de concessão de crédito é suportado pelas informações fornecidas pelos clientes, relatórios de visitas do gerente comercial, bem como pelo cumprimento das exigências mínimas estabelecidas ou aquelas que são divulgadas pela Diretoria e/ou Banco Central do Brasil.

A classificação do *rating* do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado financeiro, com clientes, fornecedores e concorrentes. Quando é caracterizado grupo econômico, é definida uma classificação para o grupo consolidado.

A partir do *rating* do cliente é definido um *rating* da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

II. Varejo

Nas operações de varejo, o processo de concessão de crédito é suportado pelas informações cadastrais de cada cliente capturadas nos pontos de venda, pelos dados de *bureaus* de crédito, pela avaliação dos analistas de crédito e modelos de *scoring* automatizados, bem como pelo cumprimento das exigências internas definidas pela Diretoria e externas, pelo Banco Central do Brasil.

III. Crédito Imobiliário

As aprovações de uma operação levam em conta, principalmente, a verificação da capacidade de pagamento dos clientes pessoas físicas, e no caso de pessoas jurídicas, principalmente, as condições e a viabilidade do empreendimento objeto da operação, bem como as garantias oferecidas. A viabilidade de um empreendimento é constatada por um estudo, desenvolvido por empresa especializada, sendo que as liberações são realizadas de acordo com o cronograma da obra, sempre através do reembolso do percentual já executado. A formalização interna para as liberações de recursos é aprovada pelo diretor responsável pela operação, ou na ausência deste, por um diretor estatutário.

São realizados controles e acompanhamentos dos respectivos processos, restrições e limites estabelecidos, além da análise dos riscos e submissão às alçadas e aos comitês aprovadores.

c) Gerenciamento de Risco de Crédito

Após a contratação da operação, é necessário o gerenciamento de risco de crédito das carteiras de produtos, segmentos e unidades do Banco, visando analisar o comportamento de pagamento das operações.

d) Exposição ao Risco de Crédito

Na tabela a seguir tem-se o resumo da exposição máxima ao risco de crédito nas carteiras própria, cedida com coobrigação e cedida sem coobrigação FIDC. A exposição máxima atingiu R\$ 21,2 bilhões, sendo R\$ 1,3 bilhão deste montante limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas.

i. Exposição máxima ao risco de crédito

	31/12/2013	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	15.859.410	1.387.309
Outros Empréstimos e Recebíveis	8.006	-
Benefício Residual em Operações Securitizadas	13.158	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.230.697	-
Instrumentos de dívida	1.521.475	-
Instrumentos financeiros derivativos	216.319	-
Recebíveis imobiliários	195.127	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.921.555	-
Outros ativos	238.883	-
Exposição máxima ao risco de crédito	21.204.630	1.387.309

	31/12/2012	
	Total	Redução ao valor recuperável
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13.790.084	1.545.856
Outros Empréstimos e Recebíveis	4.036	-
Benefício Residual em Operações Securitizadas	17.328	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	509.392	-
Instrumentos de dívida	2.246.799	-
Instrumentos financeiros derivativos	207.232	-
Recebíveis imobiliários	159.060	-
Itens não registrados no balanço patrimonial (1)	1.641.558	-
Outros ativos	192.001	-
Exposição máxima ao risco de crédito	18.767.490	1.545.856

(1) Referem-se a limites não utilizados de cartão de crédito e garantias prestadas

Instrumento de dívida são representados, substancialmente, por 81,4% em títulos do governo brasileiro dos quais não apresentam risco de crédito, conforme definição do BACEN.

Na tabela a seguir é apresentada a distribuição dos ativos de acordo com a classificação de vencimento e ocorrência de redução ao valor recuperável.

Carteira de Crédito	31/12/2013	31/12/2012
Não vencidos nem sujeitos a perdas pela redução ao valor recuperável	9.579.503	8.206.809
Vencidos mas não sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	2.356.755	2.246.972
Sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável	3.923.152	3.336.303
Total de empréstimos e adiantamento a clientes	15.859.410	13.790.084
Perdas por redução ao valor recuperável	(1.387.309)	(1.545.856)
Valor líquido	14.472.101	12.244.228

A concentração de risco dos maiores devedores segue na tabela a seguir.

Maiores devedores	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
10 maiores devedores	325.240	2,09	273.512	1,98
50 seguintes maiores devedores	880.180	5,55	723.217	5,24
100 seguintes maiores devedores	1.051.350	6,57	842.308	6,11
Demais devedores	13.602.640	85,79	11.951.047	86,67
Total	15.859.410	100,00	13.790.084	100,00

Da carteira de crédito total do varejo, os empréstimos cobertos por garantias são: veículos leves, veículos pesados, motos, máquinas pesadas e náutica.

As operações de crédito com prazos renegociados correspondem às transações reestruturadas em razão da deterioração da posição financeira dos tomadores. Uma vez que a operação é reestruturada, esta continua nesta categoria independentemente de ter desempenho satisfatório após a reestruturação.

A carteira de operações de crédito com prazos renegociados atingiu R\$ 27.722. Os produtos contemplados na carteira de renegociação são os financiamentos de veículos leves, motos e pesados.

(I) A tabela a seguir apresenta os ativos vencidos mas não sujeitos a perda ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2013	
	Saldo	%
1 a 30	1.514.283	64,25
31 a 60	540.145	22,92
61 a 90	302.327	12,83
Total	2.356.755	100,00

Atraso (em dias)	31/12/2012	
	Saldo	%
1 a 30	1.445.112	64,31
31 a 60	474.389	21,11
61 a 90	327.472	14,58
Total	2.246.972	100,00

(II) A tabela a seguir apresenta os ativos sujeitos a perdas por redução ao valor recuperável distribuídos por idade do atraso.

Atraso (em dias)	31/12/2013	
	Saldo	%
A vencer	2.229.136	56,82
Vencidos até 90 dias	2.260	0,06
Vencidos acima de 90 dias	1.691.756	43,12
Total	3.923.152	100,00

Atraso (em dias)	31/12/2012	
	Saldo	%
A vencer	1.413.766	42,37
Vencidos até 90 dias	2.966	0,09
Vencidos acima de 90 dias	1.919.571	57,54
Total	3.336.303	100,00

A distribuição setorial da carteira de crédito é demonstrada na tabela a seguir.

Setor	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	Valor	Valor	%
Pessoa Física	12.315.749	77,66%	11.136.365	80,75%
Agroindústria	456.126	2,88%	179.354	1,30%
Açúcar e Etanol	129.216	0,81%	77.914	0,56%
Agronegócio e Proteína Animal	326.910	2,06%	101.440	0,74%
Comércio	907.314	5,72%	1.020.938	7,40%
Atacado e Varejo	907.314	5,72%	1.020.938	7,40%
Indústria de Base	336.037	2,12%	139.974	1,02%
Autopeças	174	-	2.096	0,02%
Indústria Química	41.586	0,26%	40.116	0,29%
Óleo e Gás	20	-	-	-
Outras Indústrias	238.971	1,51%	80.972	0,59%
Papel e Celulose	48.941	0,31%	6.713	0,05%
Têxtil	6.345	0,04%	10.077	0,07%
Serviços	1.844.184	11,63%	1.313.454	9,53%
Construção e Incorporação	1.280.412	8,07%	971.631	7,05%
Financeiros	41.209	0,26%	66.652	0,48%
Locação de veículos	24.692	0,16%	10.178	0,07%
Mídia, TI e Telecom	15.347	0,10%	22.159	0,16%
Outros Serviços	350.492	2,21%	173.366	1,26%
Saúde, Segurança e Educação	6.915	0,04%	103	-
Transporte e Logística	93.462	0,59%	9.097	0,07%
Utilitários	31.655	0,20%	60.267	0,44%
Total	15.859.410	100,00%	13.790.084	100,00%

Na tabela a seguir, temos a distribuição da carteira de crédito segundo os critérios exigidos pelo órgão regulador de bancos brasileiros (BACEN), por meio da Resolução nº 2.682/99.

Ratings de risco do BACEN	31/12/2013	31/12/2012
Rating AA	-	649.817
Rating A	10.652.080	8.695.550
Rating B	2.129.807	1.470.783
Rating C	1.006.677	736.204
Rating D	472.760	322.773
Rating E	205.578	240.952
Rating F	158.189	178.878
Rating G	148.380	213.774
Rating H	1.085.939	1.281.353
Total	15.859.410	13.790.084

e) Provisão para redução ao valor recuperável – Perda Incorrida

O cálculo da perda incorrida em operações de crédito do varejo analisadas de forma coletiva é realizado segmentado por produto, preservando as características de risco de crédito e recuperação de cada grupo, dentre elas Operações de Crédito Consignado, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Financiamento de Veículos, Financiamento Imobiliário, Crédito Pessoal com ou sem a presença de garantia atrelada e Operações com Cartão de Crédito.

As evidências de perdas são estimadas para cada grupo de ativo de acordo com experiência histórica de pagamentos observados. Esta avaliação é realizada em uma janela de tempo suficiente para que os efeitos de condições incomuns sejam minimizados.

As metodologias e pressupostos usados são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a efetiva perda incorrida.

Metodologia de perda incorrida - Varejo

Para o cálculo da estimativa de perdas das operações varejo para carteira própria, cedida com coobrigação e sem coobrigação aos FIDCs, são realizados os seguintes procedimentos:

- Avaliação do comportamento da carteira de crédito em relação aos pagamentos e migração de saldo por faixas de atraso, para identificar o ponto de corte que evidencia a baixa propensão à recuperação do crédito. As operações analisadas compõem a carteira originada do Banco, incluindo as carteiras objeto de cessão de crédito.
- Avaliação do comportamento histórico de rolagem em uma janela de tempo de vinte e quatro meses identificando o momento de inscrição em prejuízo, para mensurar a perda incorrida nos diferentes grupos de ativos.
- Utiliza-se como estimativa de perda da carteira futura a média histórica dos doze meses anteriores à data base da análise onde é possível apurar a rolagem.
- A expectativa de perda da carteira total é composta pela estimativa de perda para cada produto.

Além das informações de recuperação de crédito ao longo do tempo, outros componentes precisam ser adicionados ao cálculo para permitir a correta estimativa da perda incorrida.

Para tornar a estimativa mais precisa, os custos de cobrança são deduzidos da recuperação estimada. Os procedimentos para a recuperação de crédito envolvem diversas ações como envio de cartas, telefonemas, negativação, entre outros. Todas as despesas realizadas na tentativa de recuperar os ativos são consideradas.

Metodologia de perda incorrida – Empresas

Para a carteira de crédito Empresas (segmento *Middle*) foram analisadas todas as operações individualmente, utilizando os seguintes critérios para mensuração da provisão para perdas por *impairment*.

O modelo de classificação descrito na Norma de *Rating* Crédito Empresas leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente. Essas informações são adquiridas em visitas técnicas e em pesquisas junto ao mercado financeiro, clientes, fornecedores e concorrentes, além da estrutura de garantias da

operação. Para critério de provisionamento, o *rating* nunca poderá ser melhor que o calculado utilizando a Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional.

LGD - Loss Given Default

O LGD das operações está relacionado ao tipo de garantia da operação.

EAD - Exposure at Default

Em virtude de o Banco possuir uma carteira nova, não foi possível atribuir um EAD (*Exposure at Default*) utilizando uma série histórica, foi utilizado o saldo devedor da operação.

LIP - Loss Identification Period

Em virtude de o Banco possuir uma carteira nova, não foi possível atribuir um LIP (*Loss Identification Period*) utilizando uma série histórica, onde atribuímos um LIP igual a 1.

Prazo de Recuperação: prazo estimado para efetiva realização do valor de recuperação.

Valor Presente Estimado de Recuperação: Cálculo trazendo o valor de recuperação a valor presente utilizando a taxa da operação e o prazo de recuperação.

7.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

i. Gerenciamento ao risco de liquidez

A Gestão do Risco de Liquidez visa estruturar as necessidades de caixa de acordo com os fluxos de recebimentos e pagamentos previstos no curto e longo prazo, visando manter a liquidez necessária para cumprir suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas ou caracterizar situações que afetam sua imagem. A estratégia da Tesouraria privilegia a liquidez a partir da manutenção de uma carteira de ativos líquidos de curto prazo, na sua maioria composto de títulos, valores mobiliários e modalidades operacionais de curto prazo, empréstimos e adiantamentos para bancos e outros créditos interbancários, para assegurar que o Banco mantenha a liquidez necessária.

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco reavaliar periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

De acordo com a Resolução CMN 2.804/00, a área de riscos de mercado e liquidez gera e analisa, diariamente, o fluxo de caixa da instituição em um horizonte de 90 dias. O relatório com a previsão do caixa é enviado diariamente para a mesa de operações e diretoria.

Adicionalmente, é produzido e analisado mensalmente, de acordo com a Circular BACEN 3.393/08, o Demonstrativo de Risco de Liquidez.

O Banco também realiza a análise de descasamento do ativo e passivo em moeda (volume), prazo e taxa, no qual é usado para a tomada de decisões de estruturação de *hedges*.

ii. **Exposição ao risco de liquidez**

Os valores projetados e prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros são:

	31/12/2013 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	107.190	187.172	38.921	79.654	193.916	5.110.015	5.716.868
Depósitos de instituições financeiras	-	5.152.927	1.154.438	27.524	745.587	161.926	164.281	7.406.683
Total de depósitos	-	5.260.117	1.341.610	66.445	825.241	355.842	5.274.296	13.123.551
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	18.903	-	3.302	23.429	1.017.234	1.062.868
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	51.259	53.356	2.461.001	2.565.616
Recursos de emissão de títulos	-	249.291	304.894	777.812	599.075	1.529.538	2.048.532	5.509.142
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	3.719	120.933	118.996	243.648
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	1.817	-	5.074	4.472	15.724	997.297	1.024.384
Relações com correspondentes	129.740	-	-	-	-	-	-	129.740
FIDC	-	43.722	48.531	43.950	97.548	117.776	24.158	375.685
Cessão de crédito com coobrigações	-	57.008	67.782	61.956	152.063	192.611	56.235	587.655
Total	129.740	5.611.695	1.781.720	955.237	1.736.679	2.409.209	11.949.433	24.622.289

	31/12/2012 – Valor Futuro							
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos de clientes (*)	-	35.220	11.012	39.534	104.377	428.785	5.075.302	5.694.230
Depósitos de instituições financeiras	-	3.079.020	763.608	42.391	791.312	173.355	361.659	5.211.345
Total de depósitos	-	3.114.240	774.620	81.925	895.689	602.140	5.436.961	10.905.575
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	16.304	-	3.302	20.533	957.829	997.968
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	44.021	45.309	2.074.014	2.163.344
Recursos de emissão de títulos	-	405.380	363.008	154.461	456.992	594.828	1.156.626	3.131.295
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	3.344	2.857	211.423	217.624
Instrumentos financeiros derivativos (a pagar)	-	-	-	23	265	1	1	290
Relações com correspondentes	152.362	-	-	-	-	-	-	152.362
FIDC	-	75.324	78.473	77.334	199.365	320.098	239.704	990.298
Cessão de crédito com coobrigações	-	89.900	97.064	92.093	266.310	472.459	487.444	1.505.270
Total	152.362	3.684.844	1.329.469	405.836	1.869.288	2.058.225	10.564.002	20.064.026

(*) Os depósitos de clientes referem-se, basicamente, a operações de depósitos a prazo com datas de vencimento determinadas, porém podem ser resgatados antes dos prazos contratuais.

A tabela anterior mostra os fluxos de caixa não descontados referentes aos passivos financeiros, à exceção de derivativos financeiros com base no primeiro vencimento contratual (valor futuro). Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados com base nas projeções de indexadores embutidas nas taxas de mercado em 31/12/2013 e 31/12/2012.

Para o fluxo dos valores a pagar com base no valor presente dos passivos financeiros, vide as respectivas notas explicativas desses passivos.

7.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é definido como aquele decorrente do impacto de movimento de taxas de juros, preços de ações, taxas de câmbio, e spreads de crédito (não relacionados às alterações da classificação do crédito do credor/emissor) sobre os preços de mercado, valor dos instrumentos financeiros e/ou no resultado da instituição. A gestão do risco de mercado visa manter as exposições a esse risco dentro dos limites estabelecidos.

i. Gerenciamento do risco de mercado

A instância maior de gestão de riscos no Grupo Pan é o Conselho de Administração a quem subordina-se o diretor presidente e toda a diretoria. As Diretorias de Tesouraria, Captação e Seguros e a Diretoria de Controladoria e Compliance são as áreas envolvidas no gerenciamento de riscos financeiros. O Comitê de Tesouraria (ALM), que, tem como atribuições, entre outras, a análise de conjuntura econômica, estabelecer e acompanhar limites operacionais, níveis mínimos de caixa, controle de exposições e gestão de descasamentos entre ativos e passivos.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado define os princípios, os valores e as responsabilidades na gestão desse risco. Além disso, cabe a área de risco revisar e propor periodicamente as políticas e processos de riscos, visando ao contínuo melhoramento.

Cabe a área de Risco de Mercado:

- Identificar, mensurar, avaliar, monitorar e comunicar o risco de mercado das operações ativas e passivas do Conglomerado;
- Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado;
- Propor ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital os limites de exposição ao risco de mercado e realizar o monitoramento contínuo dos mesmos;
- Avaliar ou propor alternativas de mitigação do risco de mercado em conjunto com os gestores de produtos e a mesa de operações;
- Identificar previamente o risco de mercado inerente a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles adotados pelo Conglomerado.

A identificação, mensuração, avaliação e controle dos riscos são realizados a partir dos seguintes procedimentos e controles:

- Cálculo do VaR e testes de estresse.
- Análise de sensibilidade e influência nos resultados das variações de taxas, indexadores e preços (banking book);
- Gestão dos descasamentos dos fluxos em moedas, prazos e taxas; e

Acompanhamento da efetividade dos derivativos financeiros utilizados na mitigação de risco de mercado (hedge de fluxo de caixa futuro de moeda estrangeira, por exemplo).

ii. Classificação das operações

De acordo com a Circular Bacen nº 3.354/07, o Banco divide sua exposição a risco de mercado entre carteiras trading e banking. A unidade responsável pelo risco corporativo monitora o cumprimento dos critérios estabelecidos na Política de Classificação das Operações assumidas pelo Banco nas carteiras:

- **Trading Book (carteira de negociação):**

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas a limitações de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

- **Banking Book (carteira de operações não classificadas na carteira de negociação):**

Composta por todas as operações não classificadas na carteira trading. Consiste em sua maioria pelas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização (operações de crédito) e seus eventuais *hedges*.

iii. Ferramentas / Metodologias de análise

- **Value at Risk (VaR)**

Trata-se de um método estatístico de controle para determinação de perdas máximas potenciais de uma carteira, em condições normais de mercado, que se baseia na análise do comportamento histórico dos preços dos ativos, suas volatilidades e correlações. O método é utilizado para o cálculo das posições líquidas de ativos e passivos expostos à variação de taxas, preços e moedas.

O VaR utilizado pela área de risco de mercado é de 99% de confiança para diferentes horizontes de tempo.

- **Cenários de Estresse**

Atualmente o Conglomerado Pan define cenários de estresse dos preços, taxas e volatilidades, a fim de avaliar os impactos nos riscos e resultado.

Também são realizados os cálculos de estresse de taxa de juros para operações do banking book, conforme determinado segundo a Circular Bacen 3.365/07.

- **Rban**

O Risco de taxas de juros da carteira banking é mensurado por meio de metodologia baseada na aplicação de choques nas curvas de mercado, sendo esses choques baseados nas piores variações verificadas em uma janela móvel de retornos históricos dos fatores de risco.

- **Gestão de risco - Informações regulatórias**

Diariamente a área de risco de mercado calcula as parcelas de risco de mercado das operações do trading book que compõem o Patrimônio de Referência Exigido e envia as posições através do Demonstrativo Diário de Risco (DDR).

Mensalmente, também compete à área enviar as posições em risco por meio do Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) e do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO).

iv. Exposição aos riscos de mercado - carteiras mantidas para negociação

A principal ferramenta usada para medir e controlar a exposição aos riscos de mercado dentro das carteiras mantidas para negociação é o indicador de Valor em Risco (VaR). O VaR de uma carteira mantida para negociação é a perda máxima estimada que pode ocorrer dentro de um período específico de tempo (período de manutenção) e com uma dada probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O VaR é calculado tanto pela metodologia padrão estabelecida pelo BACEN na Circular nº 3.361/07, quanto por modelo interno, utilizado para fins gerenciais. O modelo gerencial é baseado na abordagem paramétrica, com

base na metodologia *Exponential Weighted Moving Average* (EWMA) para estimar a volatilidade a um nível de confiança de 99%.

Apresenta-se a seguir a posição de VaR desta carteira pela metodologia do BACEN:

	31/12/2013	31/12/2012	Δ%
VaR prefixados	4.830	5.334	-11%
Média 60 dias	6.124	5.918	2%
Multiplicador	1,69	2,7	-37%
Prefixados	33.525	49.043	-32%
Cupom de índice de preços	254	40.492	-99%
Cupom de taxa de juros	-	49.043	-100%
Risco de ações - PACS	3.663	3.558	3%

	31/12/2013			31/12/2012		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	6.356	23.049	19	3.977	35.257	-
Média 60 dias	6.228	9.721	3.107	3.064	6.214	6
Multiplicador	1,51	2,47	1,00	2	3	1
Prefixados	38.868	110.985	13.736	19.761	59.296	15
Cupom de índice de preços	20.093	135.369	-	54.627	228.358	-
Cupom de taxa de juros	1.778	5.648	-	16.009	49.043	13
Risco de ações - PACS	3.600	3.832	3.281	2.286	3.333	-

Pela metodologia interna, o VaR de 1 dia sofreu redução semelhante à abordagem padronizada:

	31/12/2013	31/12/2012	Δ%
VaR prefixados	2.875	2.592	10,90%
VaR Selic	5	9	-48,05%
VaR IPCA	12	2.214	-99,47%
VaR IGPM	-	970	-100,00%
VaR TR	-	363	-100,00%
VaR ações	674	682	-1,15%
VaR sem efeito diversificação	3.565	6.830	-47,80%
VaR com efeito diversificação (1)	3.062	2.781	10,11%

(1) Diversificação entre os fatores de risco e vértices.

Observa-se no quadro a seguir o efeito da revisão da política de classificação das operações citadas acima, com substancial diminuição do VaR:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
VaR prefixados	2.152	5.846	16	1.651	6.894	-
VaR Selic	5	10	-	10	21	7
VaR CDI	-	1	-	3	14	-
VaR IPCA	1.076	13.236	-	2.423	8.783	-
VaR IGPM	3.335	27.466	-	251	1.327	-
VaR TR	207	683	-	82	364	-
VaR ações	671	715	609	181	707	-
VaR sem efeito diversificação	7.447	47.956	625	4.601	18.110	7
VaR com efeito diversificação	5.403	27.541	622	2.889	12.269	10

Embora o VaR seja uma ferramenta importante para medir os riscos de mercado, as premissas nas quais os modelos são baseados apresentam algumas limitações, incluindo as especificadas a seguir, que devem ser consideradas na gestão dos riscos incorridos:

- Um período de manutenção de 1 dia presume que é possível proteger ou vender posições dentro desse período, o que não necessariamente se observa, principalmente em momentos de estresse ou em mercados pouco líquidos. Entretanto, o perfil atual da carteira *trading*, constituído de operações de curto prazo e títulos de alta liquidez minimizam o impacto dessa assunção.
- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que possam ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo usado, existe uma probabilidade de 1% de que as perdas superem o VaR mensurado.
- O uso de dados históricos como base para determinar a possível faixa de resultados futuros nem sempre pode incluir todos os cenários possíveis, especialmente aqueles de natureza excepcional.
- O modelo assume uma distribuição normal para os retornos financeiros. Nas séries de retornos observados há mais observações distantes da média do que seria o caso de uma distribuição normal. Assim, enquanto uma distribuição normal se encerra rapidamente para refletir a raridade de eventos improváveis, a cauda da distribuição empírica permanece relativamente espessa.
- Abordar a correlação de preço entre os ativos de forma linear, corresponde à adoção de uma premissa demasiadamente forte, pois, justamente em momentos de crise, os preços tendem, ainda que por curto espaço de tempo, a apresentar comportamentos divergentes em relação ao histórico, o que pode resultar, por exemplo, em potencial aumento do risco incorrido advindo de posições que deveriam apresentar um risco conjunto inferior ao risco individual de cada uma. Tais alterações no padrão histórico de volatilidade (ou quebra de premissas) podem levar os modelos a apresentar violações e limitar a capacidade preditiva dos mesmos.

Para superar essas limitações, o Banco aplica medidas destinadas a mensurar riscos em momentos de estresse. São calculados, para o mesmo horizonte do VaR (1 dia), e o teste de estresse histórico, com horizonte diário.

	31/12/2013	31/12/2012	Δ%
ES	3.508	3.186	10,11%
Teste Estresse Histórico	7.998	5.244	52,52%

O *Conditional VaR*, também conhecido como *Expected Shortfall* (ES) estima a perda média esperada da carteira quando o VaR é violado. A 99% de confiança, espera-se que o VaR seja violado duas ou três vezes por ano. O teste de estresse histórico é a perda que a Instituição incorreria, caso os piores cenários de variação nos fatores de risco acontecidos no passado ocorressem novamente, utilizando dados de mercado desde setembro de 2008 (ápice da crise do *subprime*).

	31/12/2013			31/12/2012		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
ES	6.190	31.553	712	3.310	14.056	11
Teste Estresse Histórico	13.066	43.984	3.213	16.912	73.120	1.752

As variações nos valores do teste de estresse seguiram as tendências observadas nas medidas de risco em cenário de normalidade, VaR (metodologias padrão e interna).

v. Exposição ao risco de taxa de juros - carteira de operações não classificadas na carteira de negociação

O risco de taxa de juros da carteira *banking* é acompanhado pela parcela de capital para risco de taxa de juros da carteira *banking* - RBAN. São testados dois cenários, simulando variações nas taxas em ambas direções (alta e baixa), sendo a Rban dada pela pior perda entre os dois. Os choques aplicados são baseados em histórico de retornos anuais das curvas.

Apresentamos a seguir a posição de Rban nos respectivos fins de exercícios para os fatores de risco de taxa de juros da carteira *banking*:

Rban	31/12/2013	31/12/2012	Δ%
Prefixados	109.910	10.333	963,7%
Cupom de Moedas	3.418	7.003	-51,2%
Cupom de Índice de Preços	81.170	6.489	1150,9%
Cupom de Taxa de Juros	2.944	3.238	-9,1%
Rban Carteira	198.856	27.063	634,8%

Rban	31/12/2013			31/12/2012		
	Média	Máximo	Mínimo	Média	Máximo	Mínimo
Prefixados	68.268	4	156.472	66.001	294.725	6.371
Cupom de Moedas	1.819	417	3.419	2.516	8.868	303
Cupom de Índice de Preços	31.357	2.790	82.582	8.199	17.327	2.360
Cupom de Taxa de Juros	6.283	1.114	15.235	5.886	8.901	3.238
Rban Carteira	107.727	6.123	240.996	20.651	82.455	3.068

A variação nos valores de Rban foram devidos à alteração na metodologia utilizada para o seu cálculo. O cálculo da RBAN é baseada na aplicação de choques nos vértices das curvas de mercado e reprecificação da carteira, com base em histórico de retornos anuais dos fatores de risco de taxa de juros.

O gerenciamento e risco da taxa de juros é complementado pelo monitoramento da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros do Banco a vários cenários de taxas de juros. A análise de sensibilidade demonstra o impacto na carteira global do Banco (*trading e banking*) de mudanças nas taxas de juros e no câmbio. Os cenários, com base nas informações de mercado (BM&FBOVESPA) de 31/12/2013, são:

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 10% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Fator de risco	Carteira Conglomerado - exposições sujeitas a variações de	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros	Taxas de Juros Pré Fixadas	(1.350)	(399.965)	(824.435)
Cupom de Índice de Preços	Taxas de Cupom de Índice de Preços	(877)	(125.263)	(233.791)
Cupom Outras Taxas de Juros	Taxas de Cupom de Taxas de Juros	(647)	(142.876)	(258.059)
Renda Variável	Preço de ações	(229)	(5.724)	(11.447)
Moeda Estrangeira	Taxa de Câmbio R\$/US\$	(574)	(14.338)	(28.677)
Cupom Cambial	Taxas de Cupom Cambial	(13)	(796)	(1.628)
Total 31/12/2013		(3.689)	(688.962)	(1.358.037)
Total 31/12/2012		(3.999)	(785.341)	(1.662.248)

As posições gerais de risco de taxas de juros da carteira de operações não classificadas na carteira de negociação são administradas pela Tesouraria, que utiliza títulos de investimentos e instrumentos derivativos para gerenciar a posição geral decorrente das atividades que não envolvem negociações.

A seguir apresenta-se os valores patrimoniais vinculados a moedas estrangeiras nos exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012.

Ativos – Dólar	31/12/2013	31/12/2012
Operações de Crédito (ACC/CCE)	688.113	475.276
Outros Recebíveis	24.912	-
Total Ativos	713.025	475.276

Passivos – Dólar	31/12/2013	31/12/2012
Dívida subordinada	1.243.306	1.184.089
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	687.904	612.588
Obrigações por empréstimos no exterior	238.391	307.618
Total Passivos	2.169.601	2.104.295

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras.

Em 31/12/2013 e de 31/12/2012, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor Justo	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos - Dólar				
“Swap”	1.936.677	1.747.126	2.770.656	2.432.492
DDI –(Cupom Cambial)	35.691	73.629	234	(246)
DOL	66.586	-	-	(56)
Total Ativos	2.038.954	1.820.582	2.770.890	2.432.190
Passivos – Dólar				
“Swap”	235.504	22.500	257.106	23.618
DDI –(Cupom Cambial)	573.250	410.834	(3.801)	1.592
Dolar	66.586	85.623	(160)	289
NDF	5.318	-	5.394	-
Total Passivos	880.659	518.957	258.539	25.499

7.2.4 Risco operacional

Visando a adequada estrutura de avaliação do Sistema de Controles Internos e do Gerenciamento e Controle do Risco Operacional, em conformidade com as leis, resoluções e normas internas e externas, o Grupo PAN vem empenhando esforços e investimentos para implementar medidas que permitam a adequada identificação, avaliação, controle, mitigação, monitoramento e reporte dos riscos e das perdas, considerando as mudanças nos processos, nos sistemas, nas instalações e nas pessoas. Para isso, conta com uma estrutura organizacional independente responsável por integrar as atividades de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais denominada Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais.

Subordinada à Gerência Executiva de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais encontra-se a Área de Riscos Operacionais, que possui as seguintes atribuições:

- Implementar o processo de gerenciamento e controle dos riscos operacionais em todos os níveis e empresas do Grupo, através da aplicação de metodologias, critérios, ferramentas e procedimentos que permitam a identificação, a avaliação, o controle, o monitoramento, a mitigação e o reporte dos riscos e das perdas operacionais;
- Elaborar e propor, no mínimo anualmente, ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital a atualização da Política de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais;
- Propor e coordenar ações e alternativas de mitigação dos riscos operacionais, em conjunto com os gestores dos processos de negócio e de suporte;
- Identificar preventivamente os riscos operacionais inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, analisando as adequações necessárias aos procedimentos e controles internos adotados pelo Conglomerado; e

- Disseminar a cultura proativa para o adequado e eficaz gerenciamento dos riscos operacionais no Conglomerado.

i. Políticas e estratégias da gestão de risco operacional

Com o intuito de envolver todos os colaboradores do Conglomerado, por meio da Política de Gerenciamento e Controle dos Riscos Operacionais, da difusão da cultura de gerenciamento dos riscos e da formação e treinamento, a Gerência de Riscos Operacionais considera uma atuação compartilhada no controle dos riscos operacionais. Todos os funcionários e gestores responsáveis pelas áreas, de negócio e/ou de suporte, devem assegurar a conformidade de seus processos, reconhecer de forma oportuna e tempestiva a exposição aos riscos, a que as atividades estão sujeitas, e estabelecer, aplicar e gerenciar seus respectivos controles internos e planos de ação, objetivando mitigar os riscos operacionais e corrigir as deficiências.

ii. Processo de gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais é descrito como o conjunto de atividades de identificação, de avaliação, de mensuração, de monitoramento, de mitigação e de reporte dos riscos e suportado por princípios, por metodologias, por procedimentos corporativos, descritos em políticas, e por normativos internos.

Por princípio fundamental o Grupo Pan entende que o gerenciamento de riscos operacionais é de responsabilidade de todos na organização, cabendo às áreas de risco operacional e controles a responsabilidade de desenvolver metodologias, processos e indicadores, com o objetivo de assegurar que a gestão dos riscos operacionais seja feita de forma efetiva. Além disso, o Grupo conta com uma estrutura de governança de gestão de riscos e de capital responsável por garantir que todo o processo seja realizado segundo critérios estabelecidos e aprovados.

iii. Metodologia do risco operacional

A metodologia de gerenciamento e controle dos riscos operacionais está baseada em dois enfoques:

Qualitativo: consiste principalmente de atividades de descrição dos processos e identificação e avaliação qualitativa dos riscos operacionais e dos controles internos existentes.

Quantitativo: refere-se ao desenvolvimento e implementação de processos para a criação de uma Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais (BDHPRO), com o objetivo estratégico de permitir a identificação, a avaliação, o controle, o monitoramento, a mitigação e o reporte dos riscos e das perdas operacionais, além de atender os aspectos regulatórios.

A análise qualitativa de riscos e controles internos está sendo realizada aplicando as definições e práticas de mercado, por meio das seguintes ações:

- Análise dos normativos e MPP – Manuais de Processos e Procedimentos;
- Entrevista com os responsáveis dos processos ou representantes para levantamento, validação e reconhecimento do fluxo do processo;
- Registro descritivo dos processos;
- Identificação, Análise, Classificação e Avaliação dos Riscos e Controles Internos existentes, em conjunto com o gestor/representante; e

- Elaboração da Matriz de Riscos e Controles, onde se refletem os riscos residuais, assim como sua avaliação qualitativa e quantitativa. Caso os riscos residuais quantificados excedam o limite de riscos, devem ser implementados planos de ação para reduzir a exposição.

A matriz de Riscos e Controles será complementada e certificada com as perdas por riscos operacionais, capturadas e inseridas na Base de Dados Histórica de Perdas por Riscos Operacionais (BDHPRO) pela Gerência de Riscos Operacionais, para uma melhor identificação e mitigação dos riscos operacionais considerados acima do apetite de riscos para o Conglomerado.

O Conglomerado classifica seus riscos operacionais nas seguintes categorias e tipos de eventos de perdas por riscos operacionais:

- **Fraude interna:** perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por funcionário, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar ilegitimamente de valores pertencentes ao ou sob responsabilidade do Banco.
- **Fraude externa:** perdas decorrentes de ação de má-fé praticada por terceiros, por meio de adulteração, falsificação ou abuso de confiança, com a finalidade deliberada e consciente de se apropriar de valores pertencentes ao ou sob responsabilidade do Banco.
- **Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho:** perdas decorrentes de atos inconsistentes com contratos ou leis trabalhistas, ou prejudiciais a saúde ou segurança do funcionário, ou relacionados à diversidade ou eventos discriminatórios.
- **Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços:** perdas decorrentes da violação de acordos contratuais e leis, ou qualquer falha no cumprimento de obrigação profissional no relacionamento com os clientes.
- **Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição:** perdas decorrentes de danos a ativos físicos ocasionados por desastres naturais, mau uso ou outros acontecimentos.
- **Interrupção das atividades da instituição:** perdas decorrentes de incidentes ou desastres que provoquem ruptura nas atividades e comprometam a continuidade dos negócios da instituição.
- **Falhas em sistemas de tecnologia da informação:** perdas decorrentes de falhas no processamento das informações (dados), no desenvolvimento ou na implantação de aplicativos, na rede de telecomunicações ou ainda, problemas decorrentes de hardware ou software corporativos.
- **Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição:** perdas decorrentes de deficiências na administração, execução e entrega de processos ou processamento de transação, bem como aquelas oriundas do relacionamento com fornecedores e *stakeholders*.

iv. Gerenciamento de Capital

Ao longo de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Pan atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular 3.640/13 para o risco operacional.

O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital que devem ser observados. Ressalta-se que, de outubro/13 a dezembro/14, o capital será calculado com base somente no Conglomerado Financeiro e, a partir de janeiro/15, com base no Conglomerado Prudencial. Portanto, não serão mais apurados e apresentados os valores de capital referentes ao Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF).

Demonstra-se a seguir o cálculo do Índice de Basileia ⁽¹⁾.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	Basileia III		Basileia II	
	31/12/2013		31/12/2012	
	Financeiro (1)	Econômico Financeiro	Financeiro	Econômico Financeiro
Patrimônio de referência nível I	1.497.333	-	1.582.342	1.270.013
Capital Principal	1.497.333	-	1.582.342	1.270.013
Patrimônio de referência nível II	1.075.166	-	790.546	634.309
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.572.499	-	2.353.112	1.904.322
Patrimônio de referência	2.572.499	-	2.372.888	1.904.322
- Risco de crédito	17.104.402	-	14.137.445	13.701.336
- Risco de mercado	516.241	-	652.573	687.355
- Risco operacional	1.525.266	-	1.866.000	1.910.036
Ativo ponderado pelo risco – RWA	19.145.909	-	16.656.018	16.298.727
Índice de Basileia	13,44%	-	14,13%	11,68%
Capital nível I	7,82%	-	9,38%	7,79%
Capital principal	7,82%	-	9,38%	7,79%

⁽¹⁾ A partir de Out/13 o cálculo do índice de Basileia passou a ser exigido apenas do Conglomerado Financeiro eliminando-se a necessidade do cálculo para o Consolidado Econômico Financeiro, conforme Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13.

Dívidas subordinadas por prazo de vencimento

As dívidas subordinadas consideradas elegíveis a compor o Patrimônio de Referência Nível II são limitadas a 50% do Nível I e têm sua elegibilidade reduzida em função do prazo a decorrer, conforme Resolução CMN nº 3.444/07. Segue abaixo a composição da conta Instrumentos de Dívidas Subordinadas, em dólares americanos:

Instrumentos Financeiros – PR	Vencimento	Taxa de Juros (% a.a. – 360 simples)	Periodicidade Juros (meses)	US\$ Notional	Valor Contábil 31/12/2013	Valor Contábil 31/12/2012
Nível II						
Dívidas subordinadas – Emissão externa	23/04/2020	8,50	6	500.000	1.243.306	1.184.089

7.2.5 Gerenciamento de riscos financeiros e de seguros

As principais atividades da Seguradora estão nos segmentos de Seguros de Pessoas (Jurídicas e Físicas), Prestamista, Habitacional e de Danos Pessoais (DPVAT):

- Seguros de Pessoas, seu foco de atuação é o Seguro de Vida em Grupo e Empresarial, Acidentes Pessoais Coletivos, destinados a pequenas e médias empresas.
- Seguro Prestamista com atuação em financiamentos de veículos, crédito pessoal, oferecendo coberturas de Morte, Invalidez, opcionalmente com Desemprego Involuntário e Incapacidade Temporária.
- Seguro Habitacional, comercializando exclusivamente para os clientes da Brazilian Mortgages e Brazilian Securities, ambas empresas ligadas ao Grupo Pan.
- Consórcio DPVAT.

Atualmente a Seguradora possui 32 funcionários, sendo que sua estrutura organizacional é composta pelas Diretorias Técnica Operacional, Administrativa Financeira e Comercial, utilizando a estrutura de Recursos Humanos, Tecnologia, Jurídica e Marketing do Grupo Financeiro Pan.

O gerenciamento de riscos é efetuado com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício dos acionistas, administradores, clientes, fornecedores e colaboradores da Seguradora.

Por essa razão, a Administração busca contínua melhoria das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, que são aprimoradas principalmente nas operações de seguros.

Os produtos de Seguros são ofertados ao mercado, atualmente centralizados na rede do Banco Pan em todo território nacional, visando a proteção financeira dos nossos clientes, atendendo as necessidades nos segmentos pessoa jurídica e pessoa física, sendo este último o de maior concentração dos negócios.

A Seguradora subscreve contratos de seguro, retendo os riscos e os prêmios associados a estes contratos. Adicionalmente, ao gerenciar sua exposição ao risco de seguro através da utilização de resseguradores ou cosseguradores, os prêmios e os riscos relacionados a estes contratos são cedidos.

A Política de repasse de riscos é definida tecnicamente e atuarialmente, exclusivamente pela Diretoria Técnica Operacional, com o objetivo de melhorar a rentabilidade do negócio e evitar possíveis desvios na sinistralidade.

As operações de seguros envolvem, por parte da Seguradora, a mensuração, avaliação, aceitação e gerenciamento de algum grau de risco ou uma combinação de riscos. As categorias de risco mais importantes em que a Seguradora está exposta são: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco de seguros e risco de capital.

A estrutura de gestão de riscos estabelecida, na Seguradora, visa estabelecer o monitoramento contínuo do ambiente de risco associado a uma avaliação integrada dos riscos e suas interdependências.

Os produtos de seguros são submetidos a um processo detalhado de aprovação. Este processo consiste de uma análise dos riscos inerentes ao produto, incluindo, mas não limitado aos riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de seguros, pricing e risco regulatório.

As atividades da Seguradora estão em sinergia com as operações do controlador o Banco Pan. Os prêmios relativos aos seguros são recebidos mensalmente e em parcela única.

Os principais produtos comercializados são:

Prestamista: Garantia do pagamento de uma indenização que consista na amortização de dívida contraída junto ao Estipulante, limitada ao prazo e capital segurado definidos na apólice de seguros, na hipótese de ocorrência de evento coberto, durante a vigência do seguro, nos termos destas condições gerais e especiais da apólice.

Acidentes Pessoais Coletivo: a Seguradora oferece a garantia do pagamento de um capital segurado ao segurado ou a seu (s) beneficiário (s), na hipótese de ocorrência de eventos cobertos, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitados as demais condições contratuais.

Habitacional: Garante a quitação total ou parcial em caso de falecimento ou invalidez total do mutuário, em decorrência do financiamento contratado, conforme previsto nas condições gerais, desde que não esteja abrangida pelos riscos excluídos e respeitadas as condições contratuais entre estipulante e a Pan Seguros.

Vida em Grupo: Garantia do pagamento de uma indenização ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado, observadas as condições gerais, especiais, e o termo de adesão. Outras coberturas podem ser incluídas neste produto como, por exemplo, invalidez permanente total ou parcial e assistência funeral, diárias de incapacidade, entre outras.

a) Política de gerenciamento de riscos

Atualmente, a política de gerenciamento de risco está ligada na complexidade dos serviços, na inovação de produtos ofertados no mercado, bem como na qualidade da sua precificação através de estudos atuariais.

O monitoramento constante dos riscos de seguros, crédito, liquidez, mercado e capital fazem parte da rotina de gerenciamento de riscos da estrutura da Pan Seguros.

Os produtos de seguros são ofertados tanto pela rede do Banco Pan. como através de corretores de seguros, devidamente cadastrados. A distribuição de seguros se dá em todo território nacional.

b) Risco de Seguros

O gerenciamento de risco de seguros consiste, basicamente, na aplicação da teoria da probabilidade e critérios atuariais, aplicada para a precificação e provisionamento das reservas técnicas.

O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros seja maior do que o estimado. O risco de seguro inclui a possibilidade razoável de perda significativa devido à incerteza na frequência da ocorrência dos incidentes segurados bem como na gravidade das reclamações resultantes.

Considera-se risco de seguro o risco em que o segurado transfere para o subscritor, no caso a Seguradora, o risco da ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global dos prêmios recebidos. O custo de um sinistro pode ser influenciado por vários fatores, incluindo o histórico de mortalidade e desemprego.

Riscos de seguros são controlados através de políticas internas que estabelecem procedimentos observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

Todos os principais processos envolvidos estão mapeados com os fluxos das atividades contidas dentro da Pan Seguros. Cada risco e controle monitorados pela equipe da Seguradora trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de riscos subscritos ou a subscrever.

A concentração do risco de seguro atualmente está aliada a todo território nacional, em virtude da comercialização do prestamista e do habitacional. As maiores concentrações são nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e nas cidades de Belo Horizonte e Porto Alegre. Futuramente, a Seguradora irá operar com o seguro prestamista com foco em concessionárias, além do seguro habitacional. No final do ano de 2013 a Pan Seguros foi autorizada pela SUSEP a operar em seguro de danos. O foco da Seguradora é atuar mais diretamente nas regiões sudeste, sul e centro-oeste.

TOTAL	31/12/2013				
	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
NORTE	8.278	6,21	8.278	6,19	506.063
NORDESTE	24.810	18,60	24.810	18,56	2.557.901
CENTRO OESTE	19.152	14,37	19.152	14,33	5.331.047
SUDESTE	67.988	51,00	68.324	51,13	49.646.247
SUL	13.086	9,82	13.086	9,79	1.535.713
TOTAL	133.314	100,00	133.650	100,00	59.576.971

Ramo	Prestamista				
	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
NORTE	8.277	6,76	8.277	6,74	330.622
NORDESTE	24.674	20,15	24.674	20,10	1.143.942
CENTRO OESTE	19.141	15,63	19.141	15,59	1.942.839
SUDESTE	57.406	46,87	57.711	47,01	17.111.302
SUL	12.964	10,59	12.964	10,56	636.792
TOTAL	122.462	100,00	122.767	100,00	21.165.497

Ramo	Acidentes Pessoais				
	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
NORDESTE	30	0,57	30	0,57	240.876
SUDESTE	5.253	99,43	5.258	99,43	8.269.084
TOTAL	5.283	100,00	5.288	100,00	8.509.960

Ramo	Desemprego / Perda de Renda				
	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
SUDESTE	96	100,00	96	100	1.027.978
TOTAL	96	100,00	96	100,00	1.027.978

Ramo	Vida em Grupo				
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
CENTRO OESTE	11	0,55	11	0,54	3.388.208
NORDESTE	105	5,21	105	5,18	1.173.083
NORTE	1	0,05	1	0,05	175.441
SUDESTE	1.775	88,13	1.788	88,21	6.760.483
SUL	122	6,06	122	6,02	898.921
TOTAL	2.014	100,00	2.027	100,00	12.396.136

Ramo	Habitacional MIP 1061				
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
SUDESTE	2.526	100,00	2.537	100,00	5.717.123
TOTAL	2.526	100,00	2.537	100,00	5.717.123

Ramo	Habitacional DFI 1065				
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
SUDESTE	890	100,00	892	100,00	10.095.607
TOTAL	890	100,00	892	100,00	10.095.607

Ramo	Rendas e Eventos Aleatórios				
Região	Prêmio Líquido (*)	%	Prêmio Total Emitido (*)	%	Capital
SUDESTE	43	100,00	43	100,00	664.670
TOTAL	43	100,00	43	100,00	664.670

(*) Nos valores de prêmios não foram considerados os valores de PPNG-RVNE.

c) Estratégia de Subscrição

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

O risco de subscrição é oriundo de uma situação econômica adversa, que contraria tanto as expectativas da Seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição, quanto às incertezas existentes na estimação das provisões.

A subscrição é fundamental para que a Seguradora seja capaz de alcançar dois principais objetivos:

- Fornecer cobertura de seguro; e
- Obter um lucro operacional.

A política de aceitação do seguro de pessoas da Seguradora é determinada em função da classificação dos riscos:

- Riscos Seguráveis: São riscos com compreensão clara das consequências do fato ocorrido;
- Riscos Aceitáveis: Riscos que já possuem aceitação definidas internamente; e

c) Riscos Inaceitáveis/Inseguráveis: São riscos de difícil previsão, pois podem ser muito afetados pelas ações do segurado, concentração de riscos e aqueles que podem trazer riscos à possíveis fraudes.

Na Seguradora, o risco de subscrição é avaliado por:

(i) Etapas

- Desenvolvimento do produto e precificação, adequada a realidade do mercado com base em tábuas atuárias pré definida;
- Formas de comercialização;
- Análise de aceitação da proposta; e
- Procedimentos e comportamento da sinistralidade.

(ii) Área técnica, operacional e atuarial

- Atuarial: Mensuração do Risco; Nota Técnica Atuarial e definição dos limites técnicos por apólice e carteira;
- Subscrição: Riscos seguráveis; Riscos aceitáveis; Riscos inaceitáveis/inseguráveis; e
- Tarifação adequada aos riscos.

A Administração da Seguradora adota os seguintes principais procedimentos para mitigação dos riscos de subscrição:

- Política de governança que assegure a gestão adequada das operações;
- Políticas e Controles Internos;
- Estrutura Organizacional;
- Reavaliação periódica dos riscos e controles praticados;
- Adoção de políticas e procedimentos para criação de novos produtos e monitoramento dos riscos de subscrição;
- Limites Operacionais para aceitação e concentração de riscos;
- Políticas de Recursos Humanos;
- Pessoal Técnico treinado para monitoramento dos riscos;
- Metodologias e métodos estatísticos e atuariais;
- Sistema de informações gerenciais – análises de carteiras; e
- Plano de Contingências.

(iii) Monitoramento

O monitoramento do risco de subscrição é realizado com análise do comportamento da carteira abrangendo todos os sub-riscos inerentes à operação, como por exemplo:

- Risco de Insuficiência de Provisão: Risco relacionado com a incerteza derivada da variabilidade das provisões técnicas em relação a seu valor esperado até a liquidação de todos os sinistros;
- Risco de Insuficiência de Prêmios (Seguros Não-Vida): Risco em que o prêmio de competência do período de análise de solvência, não seja suficiente para indenizar os sinistros que ocorrerão durante o período de análise acrescidos dos custos de gestão de sinistros; e
- Risco de Subscrição de Vida: Os riscos de mortalidade e de invalidez e refletem a incerteza sobre a suficiência de provisões técnicas nessas modalidades.

De forma geral, no julgamento da Administração, a Seguradora adota uma Política de Aceitação de Riscos, abrangendo os seus produtos desenvolvidos e comercializados junto ao mercado, levando em consideração as etapas, considerações e variáveis mencionadas anteriormente.

d) Estratégia de resseguro

Essa política visa proteger a carteira da Seguradora, além de oferecer uma garantia aos acionistas de possíveis desvios relevantes na sinistralidade. A política de resseguros é revisada periodicamente pela Seguradora, incluindo os riscos a ressegurar, lista de resseguradores e grau de concentração.

Atualmente, a Seguradora possui um contrato de resseguro proporcional de excedente de Responsabilidade com o IRB - Brasil Resseguros S.A. para proteção de sua carteira, e o volume de operações com resseguradores no exercício findo em 31/12/2013 e 31/12/2012, não foi representativo considerando o cenário atual da Seguradora.

(i) Mapa de contratos de resseguros

Contrato	Carteira	Resseguradoras	%
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Riscos Pessoais	Vida (em Grupo, AP e Prestamista) Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte – Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional	Hipotecário MIP	IRB - Brasil Resseguros	Não se aplica (1) por evento (catástrofe)
Resseguro de Cota Parte - Seguros Prestamistas	Prestamistas	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excedente de Responsabilidade - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Cota Parte - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	100
Resseguro de Excesso de Danos por evento (catástrofe) - Seguro Habitacional	Hipotecário DFI	IRB - Brasil Resseguros	Não se aplica (1)

Não se aplica (1) - Trata-se de Resseguro não proporcional

e) Desenvolvimento de sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

PROVISÕES E PAGAMENTOS – BRUTO DE RESSEGURO

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	
- No final do ano do aviso	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	8.899	12.690	
- Um ano após o aviso	28.569	25.687	22.449	19.409	21.586	7.465		
- Dois anos após o aviso	28.657	25.310	22.412	19.512	21.731			
- Três anos após o aviso	28.437	25.301	22.353	19.585				
- Quatro anos após o aviso	28.647	25.206	22.354					
- Cinco anos após o aviso	28.626	25.316						
- Seis anos após o aviso	28.617							

Estimativa corrente	28.617	25.316	22.354	19.585	21.731	7.465	12.690	137.758
---------------------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	--------	---------

Pagamentos acumulados até a data base	28.399	24.786	21.740	18.605	21.095	7.115	8.654	130.394
---------------------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	-------	---------

Passivo reconhecido no balanço	218	530	614	980	636	350	4.036	7.364
--------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-------

Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro/2007								192
--	--	--	--	--	--	--	--	-----

Passivo relacionado à DPVAT								21.436
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------

Passivo relacionado à retrocessão								16
-----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	----

Total do passivo incluso no balanço								29.008
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------

PROVISÕES E PAGAMENTOS – LÍQUIDO DE RESSEGURO

Montante estimado para os sinistros	Ano de Aviso							TOTAL
	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	
- No final do ano do aviso	30.839	27.768	23.299	21.485	23.086	8.899	11.042	
- Um ano após o aviso	28.569	25.687	22.449	19.409	21.586	7.465		
- Dois anos após o aviso	28.657	25.310	22.412	19.512	21.731			
- Três anos após o aviso	28.437	25.301	22.353	19.585				
- Quatro anos após o aviso	28.647	25.206	22.354					

- Cinco anos após o aviso	28.626	25.316
- Seis anos após o aviso	28.617	

Estimativa corrente	28.617	25.316	22.354	19.585	21.731	7.465	11.042	136.110
---------------------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	--------	---------

Pagamentos acumulados até a data base	28.399	24.786	21.740	18.605	21.095	7.115	7.396	129.136
---------------------------------------	--------	--------	--------	--------	--------	-------	-------	---------

Passivo reconhecido no balanço	218	530	614	980	636	350	3.646	6.974
--------------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-------	-------

Passivo em relação a períodos anteriores a dezembro /2007								192
---	--	--	--	--	--	--	--	-----

Passivo relacionado à DPVAT								21.436
-----------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------

Passivo relacionado à retrocessão								16
-----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	----

Total do passivo incluso no balanço								28.618
-------------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--------

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado no exercício de 31 de dezembro de 2013 estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores.

f) Análise de sensibilidade

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela seguradora.

Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data base.

Neste contexto, o Teste de Sensibilidade realizado para a Pan Seguros S.A., na data base de 31/12/2013, foi aplicado sobre a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e a Provisão de Despesas Relacionadas (PDR), declaradas para todos os ramos operacionalizados pela Seguradora, sendo que os resultados podem ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	Impacto causado no:							
	Data Base: 31/12/2013				Data Base: 31/12/2012			
	Passivo ⁽⁹⁾	Ativo ⁽¹⁰⁾	PLA	Resultado ⁽¹¹⁾	Passivo ⁽⁹⁾	Ativo ⁽¹⁰⁾	PLA	Resultado ⁽¹¹⁾
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽¹⁾	3.204	40	(4.445)	(4.445)	3.500	5	(4.892)	(4.892)
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR ⁽²⁾	(3.197)	(32)	4.443	4.443	(3.500)	(5)	4.892	4.892
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽³⁾	105	-	(63)	-	-	-	-	-
Redução de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) ⁽⁴⁾	(105)	-	63	-	-	-	-	-
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁵⁾	145	1	(87)	(87)	122	-	(73)	(73)
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PSL ⁽⁶⁾	(145)	(1)	87	87	(122)	-	73	73
Aumento de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) ⁽⁷⁾	2	2	(1)	(1)	-	-	-	-
Redução de 0,5% no Índice de Inflação, aplicado sobre a PDR (referente à PSL) ⁽⁸⁾	(2)	(2)	1	1	-	-	-	-

Observações:

- ⁽¹⁾ Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽²⁾ Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽³⁾ Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽⁴⁾ Reduzindo em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade da PDR (referente ao IBNR) e mantendo as demais variáveis aplicadas às respectivas datas base analisadas.
- ⁽⁵⁾ Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁶⁾ Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁷⁾ Aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁸⁾ Redução de 0,5 (meio) ponto percentual no índice de atualização aplicado sobre os sinistros pendentes de pagamento, constantes da PDR (referente à PSL) declarada nas respectivas datas base analisadas, e mantendo as demais variáveis.
- ⁽⁹⁾ Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- ⁽¹⁰⁾ Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.
- ⁽¹¹⁾ Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Sindical.

g) Risco financeiro

A Política de Investimento das provisões técnicas e obrigatórias da Seguradora insere-se dentro do contexto da Administração própria dos recursos do Grupo Pan, com definição de limites de crédito, percentuais máximos de alocação por emissor e prazos de aplicação. Toda a análise de crédito é realizada pelo Banco em conjunto com a Seguradora a partir de modelos próprios desenvolvidos internamente. Os limites de crédito são analisados e aprovados internamente pela administração da Seguradora, levando em consideração o componente e características de seus produtos e, conseqüentemente, sinistralidade e o devido enquadramento da Resolução CMN no 3.308/05, conforme demonstrado abaixo.

h) Faixa de alocação de recursos em 31/12/2013 e 31/12/2012

Ativos financeiros	31/12/2013	Limite (*)	31/12/2012	Limite (*)
Renda fixa - títulos públicos	67,31%	100,00%	71,16%	100,00%
Renda fixa - títulos privados	6,87%	80,00%	3,39%	80,00%
Fundos de investimento	25,82%	80,00%	25,45%	80,00%

(*)Estabelecido na Resolução nº 3.358/06 do Conselho Monetário Nacional.

A definição da alocação de recursos nas faixas acima definidas é feita com base nas expectativas de valorização de cada segmento de ativos, baseados no cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo objetivando atender as metas atuariais. Como os títulos públicos federais são papéis de liquidez imediata, não há definição de prazos ou limites máximos de alocação. No caso dos títulos privados, o prazo máximo é limitado a 90 dias.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de aplicações é de R\$ 328.432 (2012 - R\$ 302.527). Do total aplicado em títulos de renda fixa, R\$156.505 (2012 - R\$ 121.864) estão vinculados como recursos garantidores das provisões técnicas sem DPVAT.

São representadas por aplicações financeiras, classificadas no nível 1 as Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com vencimento até setembro de 2015, indexadas a 100% da SELIC, e Quotas de Fundos de Renda Fixa, representando do total da carteira 67,31% e 25,82%, respectivamente.

i) Risco de mercado

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas. Esses riscos são gerenciados diariamente para a carteira *trading* e mensalmente para a carteira *banking* por meio de metodologias aderentes às melhores práticas. A Seguradora está exposta aos seguintes fatores primitivos de risco:

- Taxas de juros: os riscos de taxas de juros decorrem da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação, curvatura e/ou convexidade das estruturas a termo vigentes no mercado e de alterações nas correlações entre diferentes taxas de juros.
- Índice de preços: riscos de oscilação nas estruturas a termo de cupons de índices de preços como, por exemplo, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como oscilações próprias dos índices.
- Preços de ações: riscos de perdas derivadas da oscilação de preços de ações as quais a Seguradora tenha exposição.

O risco de mercado é mensurado e administrado, em conjunto com o Banco Pan, por meio de metodologias aderentes as exigências regulatórias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, acompanha as políticas definidas pelo Comitê de Investimentos e validados pelos acionistas.

j) Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos o quadro de sensibilidade das posições consolidadas por fator primitivo de risco de mercado dos instrumentos financeiros de responsabilidade da PAN Seguros.

Fatores de Risco	Carteiras <i>trading e banking</i> Exposições sujeitas à variação:	Cenários		
		(I) Provável	(II) Possível	(III) Remoto
Taxas de Juros (Pré)	taxas de juros Pré Fixadas	(3)	(859)	(1.661)
Cupom de Índ. de Preços	taxas dos cupons de Índ. Preços	-	(59)	(115)
Renda Variável	preço de ações	(229)	(5.724)	(11.447)
TOTAL 31/12/2013		(232)	(6.642)	(13.223)

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado no fechamento de último dia útil do mês, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice/vencimento. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e entre os fatores de risco, assim como possíveis impactos fiscais. Os impactos financeiros mostrados refletem o resultado gerencial das variações dos fatores de risco no valor econômico do portfólio e não acarretam necessariamente desembolsos financeiros ou ajustes a valor de mercado, visto que as exposições *banking* representam um percentual relevante da carteira.

Os cenários utilizados foram definidos conforme o disposto na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008:

Cenário I: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos (deslocamento vertical das curvas). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 10,01% a.a. ou 9,99% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 1% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário II: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 12,50% a.a. ou 7,50% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 25% em relação à última cotação vigente no mercado.

Cenário III: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% a.a. torna-se 15,00% a.a. ou 5,00% a.a. Para os fatores de risco *spot*, foi considerado um choque de 50% em relação à última cotação vigente no mercado.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (II) e (III) se referem a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Desta forma, tais resultados não refletem os efeitos de eventuais choques de mercado, uma vez que não levam em conta as correlações entre diferentes fatores de risco ou as ações que seriam tomadas pela Seguradora para reduzir tais riscos.

k) Risco de crédito

A Pan Seguros e sua controlada possui uma política de risco para aquisição de seus ativos financeiros, o critério adotado para as aplicações financeiras é de alocar seus recursos de forma conservadora e adequada para a sua atividade.

O saldo de contas a receber, está distribuído em diversos clientes aonde a concentração principal de risco de

crédito para um único cliente, é representada por prêmios emitidos contra as empresas do Grupo Pan. A avaliação da qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes é baseada, principalmente, em níveis de crédito reconhecidos e outras informações públicas disponíveis.

I) Estimativa ao valor justo

O gerenciamento de riscos inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito pela companhia avaliadora de riscos, Standard & Poor's.

Ativos financeiros/rating	AAA (I)	AA (II)	sem rating	31/12/2013	31/12/2012
A valor justo por meio do resultado	61.913	-	22.885	84.798	76.996
Título de renda fixa privado	61.913	-	-	61.913	54.762
Título de renda variável	-	-	22.885	22.885	22.234
Disponíveis para a venda	221.064	23.401	22.570	267.035	253.611
Título de renda fixa público	221.064	-	-	221.064	215.292
Título de renda fixa privado	-	23.401	22.570	45.971	38.319
Total	221.064	23.401	45.455	351.833	330.607

(I) A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal; e

(II) Standard & Poor's.

m) Exposição ao risco de crédito

	31/12/2013	Redução ao valor recuperável	31/12/2012	Redução ao valor recuperável
Instrumentos de dívida	351.833	-	330.607	-
Empréstimos e recebíveis	28.696	9	31.700	297
Exposição máxima ao risco de crédito	380.529	9	362.307	297

n) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

A Pan Seguros e sua controlada mantêm níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecida, adotando como instrumentos de gestão projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

	31/12/2013		31/12/2012	
	Até 365 dias	%	Até 365 dias	%
Obrigações a pagar	17.803	46,97%	5.408	28,79
Outras contas a pagar	11.155	29,44%	12.455	66,30
Prêmios a Restituir	5	0,01%	16	0,09
Operações com seguradoras	1.314	3,47%	562	2,99
Operações com resseguradoras	2.591	6,84%	49	0,26
Corretores de seguros e resseguros	3.234	8,54%	35	0,19
Depósitos de terceiros	1.797	4,74%	260	1,38
Total	37.899	100,00	18.785	100,00

o) Maturidade das provisões técnicas (sem DPVAT e retrocessão)

	31/12/2013			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	TOTAL
PPNG	83.438	29.086	-	112.524
PPNG-RVNE	10.025	-	-	10.025
IBNR	10.871	1.081	540	12.492
PSL (Aposentec)	67	200	-	267
Total	104.401	30.367	540	135.308

	31/12/2012		
	Até 1 ano	1 a 5 anos	TOTAL
PPNG	46.509	32.529	79.038
PPNG-RVNE	9.472	-	9.472
PCP	584	-	584
IBNR	13.951	-	13.951
PBaR	380	-	380
Total	70.896	32.529	103.425

p) Risco de capital

A Pan Seguros executa suas atividades de gestão de risco de capital, através de um modelo de gestão centralizado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP.

A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico", segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora.

Em períodos anteriores, a Seguradora não manteve níveis de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios.

As tabelas a seguir apresentam detalhes de cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Seguradora em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

(i) Patrimônio líquido ajustado (PLA)

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido	181.257	168.181
Participação em empresas controladas	(15.299)	(15.111)
Despesas antecipadas e não relacionadas a resseguro	(161)	(161)
Intangíveis	(828)	(452)
Patrimônio líquido ajustado	164.969	152.457

(ii) Margem de solvência

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio líquido ajustado	164.969	152.457
0,20 vezes da receita líquida de prêmios retidos anual - últimos 12 meses (a)	31.982	24.607
0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos - últimos 36 meses (b)	14.499	15.659
Margem de solvência (o maior valor entre (a) ou (b))	31.982	24.607
Suficiência	132.987	127.850

(ii) Capital mínimo requerido em 31/12/2013

Capital de Riscos de Subscrição	34.637
Capital de Riscos de Cred.	11.124
Capital de Riscos de Merc.(*)	-
Benefício da Correlação entre riscos	(4.424)
Capital de Risco "PARCIAL"	41.337

(*) ainda não regulamentado pela SUSEP

30% x CR outros	12.401
OP prêmios	543
OP provisão	275
CR oper.	543

Capital de Risco (CR)	41.880
------------------------------	---------------

Prêmios – 0,20*PR (12 últimos meses)	31.982
Sinistros – 0,33*Média Anual SR (36 últimos meses)	14.499
Margem de Solvência (MS)	31.982

Capital Base (CB)	15.000
--------------------------	---------------

Capital Mínimo Requerido (CMR) – Maior entre (CB, CR, MS)	41.880
Patrimônio Líquido Ajustável (PLA)	164.969
Insuficiência/Suficiência do PLA – (PLA – CMR)	123.089
Insuficiência/Suficiência do PLA em relação ao CMR	293,91%

8 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades em moeda nacional	39.461	35.813
Disponibilidades em moeda estrangeiras	8.403	965
Total de disponibilidades	47.864	36.778
Aplicação financeira – curto prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	876.997	242.628
Fundos de renda fixa	-	5
Total	876.997	242.633
Total de caixa e equivalentes de caixa	924.861	279.411

(1) Inclui apenas as operações, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias

9 ATIVOS FINANCEIROS: MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO / MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO – DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO)

O Banco Pan participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais e de compensação.

A Administração do Banco é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por garantir o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é atribuída à área de gestão de riscos corporativos, que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de processamento das operações.

O Banco utiliza instrumentos derivativos prioritariamente para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são custodiadas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais em contrapartida às respectivas contas de “Resultado com instrumentos financeiros derivativos”.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos Derivativos	Ativos financeiros para negociação		Ao valor justo no resultado (*)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado	Valor contábil e de mercado
Indexador:				
“Swap”				
- Diferencial a receber	16.982	632	198.617	204.703
- Diferencial a pagar	(1.954)	(3.777)	(8.732)	(3.742)
“Termo de moeda”				
- Posição comprada - NDF	(251)	-	-	-
“Contratos futuros”				
- Posição ativa	720	1.897	-	-
- Posição passiva	(6.235)	(742)	-	-
Total líquido	9.262	(1.990)	189.885	200.961

(*) Os “Swaps” classificados como ao valor justo por meio do resultado referem-se a operação de *hedge* contábil de valor justo apresentada na (nota 3f).

A seguir, demonstra-se os valores registrados em conta de ativo e passivo segregados nas categorias: indexador, faixas de vencimento, valores de referência e contábil a receber e a pagar, e negociadas em balcão ou mercados organizados, no caso de futuros.

Instrumento/ Posição:	31/12/2013						Valor Contábil	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias			
Swap									
Posição ativa:	1.813.293	196	416	10.069	20.995	183.924	215.599	259.611	(44.011)
- Dólar	1.650.435	-	336	10.007	20.983	183.924	215.249	259.285	(44.035)
- CDI	72.607	196	80	62	12	-	350	326	24
- CDI	2.917	-	-	-	-	-	-	-	-
- Libor	87.334	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.813.293	(14)	(1.178)	(51)	(204)	(9.239)	(10.686)	(18.485)	7.799
- CDI	1.650.435	-	(71)	-	(74)	(6.249)	(6.394)	(3.150)	(3.244)
- Dólar	72.607	-	(1.077)	-	(55)	(2.766)	(3.898)	(15.151)	11.253
- IGPM	2.917	(14)	(30)	(51)	(75)	-	(170)	(156)	(14)
- Dólar	87.334	-	-	-	-	(224)	(224)	(28)	(196)
Contratos futuros									
Posição ativa:	7.507.844	720	-	-	-	-	720	720	-
- DDI	608.941	254	-	-	-	-	254	254	-
- Dólar	66.586	192	-	-	-	-	192	192	-
- DI1	6.832.317	274	-	-	-	-	274	274	-
Posição passiva	7.507.844	(6.235)	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)	-
- DDI	608.941	(3.822)	-	-	-	-	(3.822)	(3.822)	-
- Dólar	66.586	(354)	-	-	-	-	(354)	(354)	-
- DI1	6.832.317	(2.059)	-	-	-	-	(2.059)	(2.059)	-
Prê									
Termo de moeda									
Posição vendida	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15
Dólar	5.032	-	-	(251)	-	-	(251)	(266)	15

Posição comprada	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Prê	5.032	-	-	-	-	-	-	-	-
Total a receber líquido		(5.333)	(762)	9.767	20.791	174.685	199.147	235.345	(36.197)

Instrumento/ Posição:	31/12/2012							Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado
	Valor referência	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Contábil		
Swap									
Posição ativa:	1.772.346	14	-	4.479	5.523	195.319	205.335	82.299	123.035
- CDI	22.500	-	-	216	121	-	337	308	29
- Dólar (i)	1.541.418	14	-	4.263	5.402	195.319	204.998	81.991	123.006
- CDI	6.417	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dólar	202.011	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição passiva:	1.772.346	(305)	(17)	(1.351)	(314)	(5.532)	(7.519)	(7.039)	(480)
- Dólar	22.500	-	-	-	-	-	-	-	-
- CDI (i)	1.541.418	(298)	-	(69)	(218)	(3.214)	(3.799)	(3.867)	68
- IGPM	6.417	(7)	(17)	(33)	(96)	(244)	(397)	(196)	(201)
- CDI	77.302	-	-	-	-	(1.162)	(1.162)	(1.119)	(43)
- CDI	51.535	-	-	-	-	(912)	(912)	(730)	(182)
- IGPM	73.174	-	-	(1.249)	-	-	(1.249)	(1.127)	(122)
Contratos futuros									
Posição ativa:	5.811.087	1.897	-	-	-	-	1.897	1.897	-
- DDI	485.428	1.592	-	-	-	-	1.592	1.592	-
- Dólar	85.623	287	-	-	-	-	287	287	-
- DI1	5.240.036	18	-	-	-	-	18	18	-
Posição passiva:	5.811.087	(742)	-	-	-	-	(742)	(742)	-
- DDI	485.428	(247)	-	-	-	-	(247)	(247)	-
- Dólar	85.623	(56)	-	-	-	-	(56)	(56)	-
- DI1	5.240.036	(439)	-	-	-	-	(439)	(439)	-
Total a receber líquido		864	(17)	3.128	5.209	189.787	198.971	76.415	122.555

(i) *Hedge* Contábil: Basicamente esses instrumentos financeiros foram realizados como proteção das operações passivas de *Euro Medium-Term Notes* e Dívidas Subordinadas no exterior, indexadas ao dólar (objetos de *hedge*), classificados como "*hedge*" de risco de mercado.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge*, esta em conformidade com o IAS 39.

O resultado apurado com instrumentos financeiros derivativos está assim composto:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
"Swap" – ganhos/perdas não realizadas	558.320	(561.212)	(2.892)	183.816	(92.765)	91.051
"Swap" – ganhos/perdas realizadas	85.481	(45.606)	39.875	249.482	(6.887)	242.595
Termo de moeda – ganhos/perdas não realizadas	836	(33.141)	(32.305)	-	-	-
Termo de moeda – ganhos/perdas realizadas	9.416	-	9.416	-	-	-
"Contratos futuros" – ganhos/perdas realizadas	581.706	(649.212)	(67.506)	234.573	(246.441)	(11.868)
Total	1.235.759	(1.289.171)	(53.412)	667.871	(346.093)	321.778

10 INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

a) Composição

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” nas demonstrações consolidadas da posição financeira é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Ativos financeiros disponíveis para venda	925.014	1.435.009
Ativos financeiros para negociação	86.507	403.448
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	457.603	301.891
Empréstimos e recebíveis	52.351	106.451
Total	1.521.475	2.246.799
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	1.237.840	1.716.101
Cotas de fundos de investimento	91.943	107.954
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	122.767	314.470
Fundo do Desenvolvimento Social – FDS	293	290
Certificados de depósito bancário	42.797	107.950
Outros	25.835	34
Total	1.521.475	2.246.799

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros disponíveis para venda” foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	1.435.009	1.068.722
Adições (alienações) líquidas	(1.105.409)	230.581
Ajuste a valor de mercado	(24.674)	(1.531)
Juros	620.088	137.237
Saldo no final do exercício	925.014	1.435.009

Durante os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012, o Banco não reconheceu perda por redução do valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros para negociação” foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	403.448	71.699
Adições (alienações) líquidas	(394.745)	299.086
Ajuste a valor de mercado	(12.548)	(946)
Juros	90.352	33.609
Saldo no final do exercício (1)	86.507	403.448

(1) Conforme Circular BACEN nº 3.068/01, a partir de julho/13 os Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI’s foram classificados para Títulos Disponíveis para Venda, conforme a política interna de Classificação dos Instrumentos Financeiros em Carteira Trading e Carteira Banking, uma vez que não há mercado para obtenção de ganhos a curto prazo.

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – ativos financeiros mantidos até o vencimento” foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	301.891	766
Adições (alienações) líquidas	141.014	266.996
Juros	14.698	34.129
Saldo no final do exercício	457.603	301.891

As variações nos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida – empréstimos e recebíveis foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	106.451	-
Adições (alienações) líquidas	(58.621)	89.496
Juros	4.521	16.955
Saldo no final do exercício	52.351	106.451

c) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Prazo:		
Sem vencimento	82.914	122.330
Até 360 dias	184.211	271.783
Acima de 360 dias	1.254.350	1.852.686
Total	1.521.475	2.246.799

11 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A composição, por classificação e por tipo, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	1.230.697	509.392
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras líquidos	1.230.697	509.392
Tipo:		
Operações compromissadas	1.076.933	334.878
Depósitos interfinanceiros	153.764	174.514
Total	1.230.697	509.392

b) Abertura por prazo de vencimento

Prazo	31/12/2013	31/12/2012
Até 30 dias	882.120	47.310
De 31 a 90 dias	218.289	216.612
De 91 a 180 dias	23.061	127.300
De 181 a 360 dias	40.844	59.128
Acima de 360 dias	66.383	59.042
Total	1.230.697	509.392

12 EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

A composição dos saldos da rubrica “empréstimos e adiantamentos a clientes” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	15.859.410	13.790.084
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - nota 7.2.1d	(1.387.309)	(1.545.856)
Empréstimos e adiantamentos a clientes líquidos	14.472.101	12.244.228

b) Abertura

Apresentamos a seguir a composição dos “empréstimos e adiantamentos a clientes” por tipo de crédito:

	31/12/2013	31/12/2012
Tipo de crédito:		
Crédito direto ao consumidor e crédito pessoal	8.735.373	7.893.526
Empréstimos em consignação	1.941.826	1.815.418
Capital de giro	1.334.359	972.187
Financiamentos habitacionais	946.927	791.396
Financiamento a exportação	585.341	258.281
Financiamento a titulares de cartões de crédito próprios (*)	573.602	278.369
Títulos e créditos a receber (**)	560.137	481.914
Adiantamento contratos de câmbio e rendas a receber	443.474	362.268
Empréstimos com garantia imobiliária	356.383	342.844
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	190.462	159.519
Arrendamento mercantil	139.202	331.337
Renegociações	27.722	30.442
Direitos creditórios adquiridos	23.445	65.648
Cheque especial	277	307
Títulos descontados	204	4.480
Conta garantida	49	569
Outros	627	1.579
Total	15.859.410	13.790.084

(*) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard; e

(**) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e crédito a receber com características de concessão de crédito.

No exercício findo em 31/12/2013, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a Provisão para perdas por não recuperação (*impairment*) no montante de R\$ 211.685 (2012 – R\$ 139.678).

A movimentação da provisão para empréstimos e adiantamentos é apresentada na nota 13.

c) Por prazo de vencimento

	31/12/2013		31/12/2012	
	Valor	%	Valor	%
Vencidos há mais de 14 dias	990.871	6,17	962.437	6,98
A vencer				
Até 30 dias	1.285.603	8,12	922.920	6,69
De 31 a 60 dias	589.244	3,72	606.428	4,4
De 61 a 90 dias	552.808	3,49	437.621	3,18
De 91 a 180 dias	1.616.548	10,21	1.359.860	9,86
De 181 a 360 dias	2.699.137	17,03	2.282.217	16,55
Acima de 360 dias	8.125.199	51,26	7.218.601	52,34
Total	15.859.410	100,00	13.790.084	100,00

d) Operações de venda e transferência de ativos financeiros

• Cessões de crédito sem coobrigação

No exercício findo em 31/12/2013 e 31/12/2012, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras sem retenção substancial de riscos e benefícios, conforme demonstra-se a seguir. Os contratos e parcelas de contratos objeto de cessões referem-se a empréstimos consignados e financiamentos de veículos.

	31/12/2013		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	3.122.155	2.847.995	274.160
Empréstimo em consignação	3.077.343	2.459.507	617.836
Financiamentos habitacionais	258.949	214.421	44.528
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	26.031	21.843	4.188
Empréstimos com garantia imobiliária	507.030	396.661	110.369
Total	6.991.508	5.940.427	1.051.081

	31/12/2012		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado
Sem coobrigação			
Crédito direto ao consumidor	1.970.263	1.678.747	291.516
Empréstimo em consignação	581.646	420.153	161.493
Financiamentos habitacionais	247.000	177.222	69.778
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	8.495	6.147	2.348
Empréstimos com garantia imobiliária	456.823	331.106	125.717
Total	3.264.227	2.613.375	650.852

13 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS POR NÃO RECUPERAÇÃO (IMPAIRMENT) DE EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS

No exercício findo em 31/12/2013 e 31/12/2012 a provisão para perdas por não recuperação de empréstimos e adiantamentos (clientes e instituições financeiras) apresentou as seguintes movimentações:

	31/12/2013	31/12/2012
Movimentação:		
Saldo no início exercício	(1.545.856)	(1.254.080)
Saldo de subsidiárias adquiridas	-	(19.558)
Complemento de provisão	(1.113.791)	(1.451.078)
Baixa contra a provisão	1.272.338	1.178.860
Saldo no final do exercício	(1.387.309)	(1.545.856)

14 ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

A composição dos saldos da rubrica “Ativos não correntes mantidos para venda” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Veículos terrestres	74.377	124.877
Material em estoque	476	374
Imóveis	51.881	16.506
Provisão para perda ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(52.170)	(98.925)
Total	74.564	42.832

Os bens e as propriedades tomadas em dação de pagamento são mantidos para venda e os recursos obtidos pela venda são utilizados para reduzir as dívidas em aberto.

15 CRÉDITO TRIBUTÁRIO E PASSIVOS FISCAIS

a) Composição do crédito tributário e passivos fiscais

	31/12/2013	31/12/2012
Ativo		
Sobre a baixa e transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios e sobre os efeitos da taxa efetiva de juros dos empréstimos e recebíveis	49.649	142.679
Sobre lucros não realizados e demais ajustes de consolidação dos créditos cedidos ao FIDCs	2.129	42.065
Sobre prejuízos fiscais	1.497.901	1.724.874
Sobre diferenças temporárias	1.293.924	1.173.783
Sobre provisão para perda por redução ao valor recuperável	1.017.328	783.184
Sobre provisão de ações cíveis	65.325	44.785
Sobre provisão de ações fiscais	21.161	248.331
Sobre provisão de ações trabalhistas	23.016	6.550
Sobre provisão de ações tributárias	8.500	8.375
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	20.999	39.570
Sobre ajuste ao valor de mercado	31.205	13.316
Provisão para PLR de funcionários	14.639	9.986
Provisão para juros sobre capital próprio	-	965
Fundos Imobiliários (Ourinvest)	-	7.252
Empréstimos (Ourinvest)	-	1.543
Outras	91.751	9.926
Total do ativo	2.843.603	3.083.401

	31/12/2013	31/12/2012
Passivo		
Provisão para impostos diferidos sobre superveniência de depreciação	136.698	180.344
Provisão para impostos diferidos sobre ajuste a mercado de derivativos	8.573	27.228
Provisão para impostos e contribuições	65.888	84.119
Total do passivo	211.159	291.691

b) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2013			31/12/2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	1.984.392	1.099.009	3.083.401	1.747.344	967.687	2.715.031
Saldo de subsidiárias adquiridas	-	-	-	37.129	13.367	50.496
(+) Constituição de créditos	448.846	258.067	706.913	506.096	300.225	806.321
(-) Realização de créditos	(593.884)	(352.827)	(946.711)	(306.177)	(182.270)	(488.447)
Saldo no fim do exercício	1.839.354	1.004.249	2.843.603	1.984.392	1.099.009	3.083.401

c) Movimentação do imposto de renda corrente e diferido passivo

	31/12/2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	260.189	31.502	291.691
(+) Constituição de Passivos	(68.266)	(12.266)	(80.532)
Saldo no fim do exercício	191.923	19.236	211.159

	31/12/2012		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldo no início do exercício	241.268	18.061	259.329
(+) Constituição de Passivos	18.922	13.441	32.362
Saldo no fim do exercício	260.189	31.502	291.691

d) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base em revisão do estudo do cenário atual e futuro, efetuada em dezembro/13, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 17/02/2014.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que

parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Ano	Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias		Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais		Ajuste IFRS		Total	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	801.782	-	59.791	-	44.798	-	906.371
2014	496.342	294.180	5.087	147.798	12.487	16.242	513.916	458.220
2015	428.011	59.707	35.266	187.674	10.770	2.830	474.047	250.211
2016	115.282	64.864	23.061	228.352	2.900	2.915	141.243	296.131
2017	110.575	54.241	111.850	119.083	2.781	2.502	225.206	175.826
2018	144.081	7.708	126.186	253.702	3.627	122	273.894	261.532
2019	2.108	1.930	181.420	403.564	48	90	183.576	405.584
2020	8.669	4.340	213.055	183.080	211	227	221.935	187.647
2021	46	30	249.804	2.301	1	-	249.851	2.331
2022	7.573	19	262.012	-	190	-	269.775	19
2023	-	-	165.618	-	-	-	165.618	-
Total	1.312.687	1.288.801	1.373.359	1.585.345	33.015	69.726	2.719.061	2.943.872

Em 31/12/2013, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco totalizava R\$ 1.656.972 (R\$ 2.004.031 em 31/12/2012).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 124.542, não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

e) Créditos Tributários não Ativados

Em 31/12/2013, o Banco possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.220.245 (R\$ 782.172 em 31/12/2012), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 488.096 (R\$ 312.869 em 31/12/2012), em virtude de não atender todas as condições estabelecidas para o registro do referido crédito.

f) Encargos com imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, estão assim demonstrados:

	31/12/2013	31/12/2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro de participações de acionistas minoritários	(22.258)	(648.801)
Crédito de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	8.903	259.520
Ativação de créditos tributários dos exercícios anteriores	(3.266)	22.381
Crédito tributário não ativado	(175.227)	(4)
Outros (*)	97.390	(1.939)
Diferença de alíquota (**)	414	4.245
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(71.786)	284.199

(*) Os outros valores em 31/12/2013 representam principalmente o ganho de REFIS não tributado conforme MP 627/13 no montante de R\$ 83.888 e outras adições/exclusões permanentes no montante de R\$ 13.502; e

(**) Diferença de alíquota entre as empresas.

16 RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que serão utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % a.a.	31/12/2013	31/12/2012
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	10.069	13.523
Cédula de Crédito Imobiliário	20/02/2042	INCC/IGPM ou TR	Até 17,09	-	141.075
Cédula de Crédito Imobiliário	26/07/2043	sem correção monetária	Até 18,33	183.681	-
Contratos Imobiliários	25/05/2023	IGPM	Até 12,00	1.377	4.462
Total				195.127	159.060

Qualidade do Crédito:

Os contratos dos recebíveis imobiliários têm cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto. A Administração da Companhia entende que essa garantia é suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes da inadimplência dos mutuários, não sendo, portanto, necessária a constituição de provisão complementar.

Os recebíveis imobiliários são considerados ativos de boa qualidade, uma vez que são adquiridos apenas se apresentarem características, garantias e históricos de pagamento que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

17 BENEFÍCIO RESIDUAL EM OPERAÇÕES SECURITIZADAS

a) Resumo dos saldos contábeis sob regime fiduciário:

	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	29.127	27.866
Aplicações Financeiras	182.360	126.087
Recebíveis Imobiliários (1)	10.313.889	8.726.764
Outros Ativos	26.513	6.274
Total do Ativo	10.551.889	8.886.991
Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	10.400.866	8.841.490
Outros Passivos	137.865	28.173
Total do Passivo	10.538.731	8.869.663
Benefício Residual em Operações Securitizadas (3)	13.158	17.328

- (1) Os recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 0,00 % a.a. a 19,7988 % a.a. (31/12/2012 – 0,00% a.a. a 18,44% a.a.) e também são atualizados por 100,00% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. a 2,50% a.a., e com vencimento até 10/01/2043;
- (2) Os certificados de recebíveis imobiliários são atualizados pelo IGPM, IPCA, TR, Poupança e CDI ou não possuem indexador de atualização, adicionados de taxas de juros que variam de 3,0687% a.a. a 77,5036% a.a. (31/12/2012 – 2,00% a.a. a 65,4054% a.a.) e, também são atualizadas por 100,00% do CDI a 121,48% do CDI, adicionados a taxas de juros que variam de 0,00% a.a. e com vencimento até 01/07/2043; e
- (3) Benefício residual em operações securitizadas corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

b) Ao longo do exercício de 2013, a Companhia adquiriu o montante de R\$ 3.134.267 (31/12/2012 - R\$ 1.374.458) de recebíveis imobiliários. Adicionalmente foram realizadas operações de retrocessões no montante de R\$ 15.223 (31/12/2012 – R\$ 19.456).

c) Em 31/12/2013, o total de parcelas em atraso há mais de 90 dias dos recebíveis imobiliários vinculados as séries emitidas é de R\$ 27.669, que corresponde a 3,28% do total dos recebíveis imobiliários vinculados as séries.

18 OUTROS ATIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros ativos” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Valores a receber por cessão de créditos (i)	221.427	162.807
Depósitos judiciais e fiscais	144.554	89.649
Relações interfinanceiras	26.121	26.527
Despesas antecipadas (iii)	19.703	35.132
Valores a receber de empréstimos consignados (ii)	17.456	29.194
Devedores diversos país	13.888	19.495
Impostos de renda a compensar	13.228	20.266
Valores específicos (iv)	4.800	3.778
Pagamentos a ressarcir	354	609
Negociação e intermediação de valores	-	632
Outros	154.101	85.548
Total	615.632	473.637

(i) Referem-se, substancialmente, a valores a receber de créditos cedidos à Caixa Econômica Federal e ao Banco Bradesco;

(ii) Refere-se a valores recebidos e ainda não repassados ao Banco, por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco que constituem provisão integral para perdas e para os repasses em atraso a mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2013 R\$ 13.830 (31/12/2012 – R\$ 15.193);

(iii) Referem-se substancialmente a despesas antecipadas sobre operações de cartões de crédito não incorridas na originação; e

(iv) Referem-se substancialmente a valores pendentes de recebimento de cobrança judicial.

19 ATIVO TANGÍVEL

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco também não foi parte de nenhum contrato de arrendamento mercantil para aquisições próprias durante os exercícios findos em 31/12/2013 e 31/12/2012.

a) Composição

Os detalhes, por categoria, dos ativos tangíveis são os seguintes:

	Taxa anual de depreciação - %	31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	66.925	(18.361)	48.564	34.954
Sistema de comunicação	10%	3.728	(1.901)	1.827	230
Sistema de processamentos de dados	20%	34.130	(21.584)	12.546	4.570
Sistema de transporte	20%	381	(217)	164	70
Imóveis	4%	2.530	(332)	2.198	2.279
Outros	-	132	-	132	113
Total		107.826	(42.395)	65.431	42.216

b) Variações

As variações na rubrica “ativo tangível” foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	42.216	16.215
Saldo de subsidiárias adquiridas	-	13.019
Aquisições	36.330	29.044
Baixas	(3.372)	(11.819)
Depreciação	(9.743)	(4.243)
Saldos no final do exercício	65.431	42.216

20 ATIVO INTANGÍVEL**a) Composição**

A composição do saldo da rubrica “ativo intangível” é a seguinte:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2013			31/12/2012
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com desenvolvimento logiciais	20% a 50%	53.960	(24.511)	29.449	25.216
Outros	10%	1.522	(19)	1.503	3
Total		55.482	(24.530)	30.952	25.219

b) Variações

As variações na rubrica “ativo intangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2012	25.216	3	25.219
Adições/ Baixas	16.221	1.500	17.721
Amortização do exercício	(11.988)	-	(11.988)
Saldo em 31/12/2013	29.449	1.503	30.952

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Outros	Total
Saldo em 31/12/2011	7.826	1.202	9.028
Saldo de subsidiárias adquiridas	25.567	-	25.567
Adições/ Baixas	(2.335)	(549)	(2.884)
Redução ao valor recuperável	(279)	(468)	(747)
Amortização do exercício	(5.563)	(182)	(5.745)
Saldo em 31/12/2012	25.216	3	25.219

21 DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a) Composição

A composição, por classificação tipo dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	7.491.372	5.230.363
Tipos:		
Obrigações por operações compromissadas	1.086.997	1.079.856
Depósitos interfinanceiros	6.404.375	4.150.507
Total	7.491.372	5.230.363

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Prazo		
Até 30 dias	5.483.729	2.752.621
De 31 a 60 dias	524.089	975.359
De 61 a 90 dias	748.234	752.172
De 91 a 180 dias	610.547	617.033
De 181 a 360 dias	2.962	41.735
Acima de 360 dias	121.811	91.443
Total	7.491.372	5.230.363

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

22 DEPÓSITOS DE CLIENTES

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “depósitos de clientes” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.860.930	2.463.621
Tipos:		
Depósitos à vista	178.058	101.560
Depósitos a prazo (1)	2.682.872	2.362.061
Total	2.860.930	2.463.621

(1) Conforme fato relevante divulgado em 09/12/2013, o Banco celebrou acordo junto a investidores relativamente a 13 CDBs de emissão da própria instituição, no valor corrigido até 31/12/2013 por suas taxas de emissão de R\$ 500,4 milhões, que eram contestados em juízo, para encerramento do litígio em relação a tais CDBs. Como resultado deste acordo, o Banco apurou ganho contábil imediato de R\$ 84,5 milhões e, além disso, deixará de ter despesas futuras de juros relativos a tais CDBs de R\$ 285,7 milhões até os seus respectivos vencimentos.

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Prazo		
Sem vencimento	178.058	101.560
Até 30 dias	60.517	254.722
De 31 a 60 dias	391.501	116.561
De 61 a 90 dias	381.066	5.352
De 91 a 180 dias	199.511	159.495
De 181 a 360 dias	228.542	416.774
Acima de 360 dias	1.421.735	1.409.157
Total	2.860.930	2.463.621

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

23 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2013	31/12/2012
• No País	-	1.458	-	100.000	101.458	137.401
• No Exterior	3.267	864	117.130	117.130	238.391	307.618
Total em 31/12/2013	3.267	2.322	117.130	217.130	339.849	-
Total em 31/12/2012	14.773	24.771	100.294	305.181	-	445.019

24 RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “recursos de emissão de títulos” é a seguinte:

a) Composição

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Passivos financeiros ao custo amortizado	4.436.843	2.952.170
Tipos:		
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	1.471.212	1.290.074
Letras Financeiras - LF	2.227.845	1.225.588
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	724.857	365.499
Recursos de Debêntures	-	54.213
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	12.929	16.796
Total	4.436.843	2.952.170

b) Abertura por prazo de vencimento

	31/12/2013	31/12/2012
Prazo		
Até 30 dias	173.428	281.458
De 31 a 60 dias	161.691	259.095
De 61 a 90 dias	183.032	238.582
De 91 a 180 dias	1.125.248	397.415
De 181 a 360 dias	736.691	403.425
Acima de 360 dias	2.056.753	1.372.195
Total	4.436.843	2.952.170

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez- vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado.

25 OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR**a) Composição**

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	687.904	612.588
Total	687.904	612.588

A nota 7.2.2 – Risco de liquidez - vencimento residual contém detalhes dos períodos de vencimento do passivo financeiro ao custo amortizado.

Em 22/02/2006, o Banco lançou um programa de captação de recursos no exterior cujo total captado foi de US\$ 500.000 mil por meio da emissão de “Euro Medium-Term Notes”, dos quais US\$ 200.000 mil em 26/10/2009 e US\$ 300.000 mil em 04/08/2010.

O Banco cumpriu a obrigação de oferecer aos detentores dessas notas a opção de resgatá-las antecipadamente pelo mesmo valor devido nas datas de vencimento originais (valor de face ou valor ao par). Esta opção pôde ser exercida entre os dias 27/06 e 12/07/2011, e teve a adesão com valor total de principal de US\$ 900 para o vencimento em 2012 e US\$ 11.400 na emissão com vencimento em 2015. A liquidação destes resgates antecipados foi efetuada em 27/07/2011.

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços patrimoniais consolidados:

Tranche US\$ mil	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012
288.638	5,5% a.a.	04/08/2015	687.904	612.588
Total			687.904	612.588

b) Variações

As variações na rubrica “obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” foram as seguintes:

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	612.588	924.107
Juros	36.071	53.443
Variação cambial	86.332	78.787
MTM	(13.252)	6.274
Amortizações / baixas	(33.835)	(451.265)
Custos da emissão	-	1.242
Saldos no final do exercício	687.904	612.588

26 RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES

Refere-se a recebimentos antecipados de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos, a serem repassados aos cessionários.

	31/12/2013	31/12/2012
Crédito direto ao consumidor , crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário	129.740	152.362
Total	129.740	152.362

27 OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, as responsabilidades por coobrigações referentes a créditos cedidos montam a R\$ 498.748 (R\$ 1.157.786 em 31/12/2012), valor presente apurado por meio das taxas dos contratos. O valor presente apurado pelas taxas de cessão de crédito e que representa o passivo por coobrigação sobre os créditos cedidos é de R\$ 540.424 (R\$ 1.283.008 em 31/12/2012).

	31/12/2013	31/12/2012
Passivo ao custo amortizado - coobrigação em cessão de crédito		
Passivo por coobrigação em crédito cedido	540.424	1.283.008
Total	540.424	1.283.008

28 DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição

Demonstra-se seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Remuneração	31/12/2013	31/12/2012
No Exterior:					
2020	10	US\$ 500.000	Taxa de 8,50% a.a.	1.243.306	1.184.089
Custos associados à emissão				(9.487)	(11.004)
Subtotal no Exterior				1.233.819	1.173.085
No País:					
2018	06	R\$ 10.000	100,0% CDI + 1,35% a.a.	11.544	10.540
2019	06	R\$ 100.000	100,0% IPCA + 5,60% a.a.	105.777	-
Subtotal no País				117.321	10.540
Total				1.351.140	1.183.625

b) Variações

As variações na rubrica “dívidas subordinadas” foram as seguintes:

No Exterior	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	1.173.085	949.274
Juros	91.221	84.461
Pagamento de Juros	(88.856)	(83.135)
Variação cambial	149.550	83.850
MTM	(92.699)	137.117
Custo associado à emissão	1.518	1.518
Saldos no final do exercício	1.233.819	1.173.085

No País	31/12/2013	31/12/2012
Saldos no início do exercício	10.540	-
Emissão	100.000	10.000
Juros	6.781	540
Saldos no final do exercício	117.321	10.540

29 PROVISÕES

a) Composição

A composição do saldo da rubrica “provisões” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Processos cíveis	163.105	113.285
Processos tributários	21.386	20.970
Processos trabalhistas	59.717	17.543
Provisão para riscos fiscais	53.241	642.662
Provisões técnicas de seguros	182.937	143.946
Total	480.386	938.406

b) Variações

As variações na rubrica “provisões” foram as seguintes:

	31/12/2013					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	642.662	143.946	938.406
Baixas	(7.988)	(127.425)	-	(742.486)	(113.151)	(991.050)
Constituições líquidas de reversões	50.162	177.245	416	153.065	152.142	533.030
Saldo em 31/12/2013	59.717	163.105	21.386	53.241	182.937	480.386

	31/12/2012					
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Fiscais	Técnicas de Seguro	Total
Saldo em 31/12/2011	22.916	131.802	24.627	545.376	115.722	840.443
Saldo de subsidiárias adquiridas	-	447	-	-	-	447
Constituições líquidas de reversões	(5.373)	(18.964)	(3.657)	97.287	28.223	97.516
Saldo em 31/12/2012	17.543	113.285	20.970	642.663	143.945	938.406

c) Riscos Fiscais

O Banco PAN e suas controladas (PAN Seguros e Panamericano Arrendamento Mercantil) vinham questionando judicialmente a exigibilidade das contribuições ao PIS e COFINS na forma da Lei nº 9.718/98 e por força de decisões judiciais intermediárias não vinha efetuando o pagamento desses tributos, mas provisionava esses valores.

Em 28/11/2013, a fim de usufruir dos benefícios instituídos pelo artigo 39, inciso I da Lei 12.865, de 9/10/2013, com alterações da MP 627 de 11/11/2013, o Banco PAN e a PAN Seguros S/A aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal (“REFIS”) referente às contribuições ao PIS e COFINS dos períodos de 2006 e 2012, pagando à vista os débitos, e desistiram da discussão judicial existente. Conseqüentemente, as respectivas provisões existentes nas duas empresas foram baixadas e esses tributos passaram a ser recolhidos normalmente.

As provisões existentes na empresa Panamericano Arrendamento Mercantil S/A no valor de R\$ 53.241 permanecem registradas.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

	31/12/2013	31/12/2012
COFINS	45.802	552.838
PIS	7.439	89.824
Total	53.241	642.662

d) Riscos de ações trabalhistas, cíveis e tributários

O Banco PAN e suas controladas são parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o encerramento da ação, representado por decisões judiciais sobre as quais não caiba mais recursos ou pela sua prescrição.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando a obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente de acordo com os critérios mencionados anteriormente. Os valores envolvidos são provisionados integralmente quando no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

Não existem em curso outros processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco ou das empresas controladas.

III – Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 4º trimestre de 2011 a PAN Seguros S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte relativos ao ano base de 2007, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 15.819.

No 3º trimestre de 2012, a Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda,

contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.166.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.475.

No 4º trimestre de 2013, o Panamericano Arrendamento Mercantil S.A recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 43.656.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

e) Provisões técnicas de seguros

A composição dos saldos da rubrica “provisões técnicas” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de prêmios não ganhos		
Prestamista	108.794	64.656
Desemprego/ perda de renda	10.500	17.641
Acidentes pessoais coletivos	2.761	4.938
Rendas de eventos aleatórios	405	1.107
Vida em grupo	49	77
Seguro Habitacional – Prestamista	39	67
Seguro Habitacional – Demais coberturas	1	24
Total	122.549	88.510
Sinistros a liquidar		
Prestamista	2.408	1.430
Acidentes pessoais coletivos	2.076	2.574
Desemprego/ perda de renda	740	564
Rendas de eventos aleatórios	813	535
Vida em grupo	1.393	1.630
Seguro Habitacional – Prestamista	125	-
Outros	16	13
Subtotal	7.571	6.746
DPVAT	21.436	17.592
Total	29.007	24.338
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		
Prestamista	7.579	6.395
Acidentes pessoais coletivos	1.445	1.051
Desemprego/ perda de renda	1.123	524
Rendas de eventos aleatórios	688	524
Vida em grupo	1.495	5.457
Seguro Habitacional – Prestamista	115	-

Seguro Habitacional – Demais Coberturas	46	-
Resseguros	38	3
Subtotal	12.529	13.954
DPVAT	17.643	15.727
Total	30.172	29.681
Provisão de despesa relacionada		
Prestamista	121	-
Acidentes pessoais coletivos	154	-
Rendas de eventos aleatórios	126	-
Vida em grupo	349	-
Desemprego/ perda de renda	17	-
Total	767	-
Outras provisões		
Acidentes pessoais coletivos	-	318
Vida em grupo	-	5
Outras provisões técnicas de prev. complementar	267	380
Desemprego/ perda de renda	-	261
Subtotal	267	964
DPVAT	175	453
Total	442	1.418
Total das provisões técnicas - Seguros e Resseguros	182.937	143.946

f) Sinistros a liquidar em juízo

Do montante de R\$ 7.571 (R\$ 6.745 em 31/12/2012), o valor de R\$ 3.729 (R\$ 3.384 em 31/12/2012) refere-se a processos de sinistros em demanda judicial em diversos estágios processuais, com a seguinte classificação de risco:

Risco	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de processos	Valor Provisionado	Quantidade de processos	Valor Provisionado
Perda provável	339	3.729	312	3.384
Total	339	3.729	312	3.384

30 OUTROS PASSIVOS

A composição do saldo da rubrica “outros passivos” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Valores a pagar a estabelecimentos por compras com cartões de crédito	554.055	490.476
Negociação e intermediação de valores	149.805	169.232
Arrecadação de cobrança	95.422	48.413
Pessoal	72.711	63.859
Serviços de terceiros	54.419	36.987
Obrigações fiscais e previdenciárias	36.717	19.325
Parcelamento Refis – Lei nº 11.941/2009 (**)	34.872	38.239
Valores específicos de consórcio	15.815	16.119
Valores a pagar a sociedades ligadas	11.958	7.365
Tributos a recolher	4.748	3.852
Captação de recursos por meio de FIDCs	2.658	560.924
Valores a pagar a lojistas	2.088	25.302
Relações interdependências	-	7.375
Obrigações sociais e estatutárias (*)	1	11
Outros	101.421	62.777
TOTAL	1.136.690	1.550.256

(*) Refere-se, principalmente, valores a pagar para acionista.

(**) O Banco e suas empresas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza tributária. Considerando os termos e vantagens oferecidas pelo programa de anistia fiscal editado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 11.941/09, a administração do Banco reavaliou juntamente com seus assessores jurídicos a conveniência de aderir ao referido programa. Como consequência, optou-se em 2010 pela desistência de diversos processos movidos pelo Banco e controladas, assumindo débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os principais processos que fazem parte do programa de anistia são: (i) Contribuição Previdenciária parte empresa, sobre pagamentos à pessoa física; (ii) Exclusão indevida de Provisão para Devedores Duvidosos da base de cálculo de IRPJ/CSLL; (iii) IRPJ decorrente de adesão irregular ao Incentivo Fiscal – FINOR; e (iv) Aproveitamento indevido de prejuízo fiscal na base de cálculo IRPJ/CSLL.

Os débitos foram consolidados junto à Receita Federal do Brasil e após apropriação das antecipações efetuadas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2013	31/12/2012
Débitos previdenciários	30.265	33.058
Demais débitos	4.607	5.181
Total	34.872	38.239

31 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2013 e 31/12/2012 é de R\$ 2.867.020, e está dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal:

	31/12/2013	31/12/2012
Ordinárias	292.463.400	292.463.400
Preferenciais	242.612.675	242.612.675
Total	535.076.075	535.076.075

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012, foi aprovado aumento do capital social do Banco PAN, acima do limite do capital autorizado, no valor de até R\$ 1.800.000, mediante a emissão, para subscrição privada e na proporção do número de ações ordinárias e preferenciais existentes, de até 297.520.662 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo até 160.582.377 ações ordinárias e até 136.938.285 ações preferenciais.

O preço de emissão foi fixado em R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), com base na cotação média de mercado das ações preferenciais de emissão da Companhia nos 180 (cento e oitenta) pregões de negociação da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") compreendidos entre 11/04/2011, inclusive, e 27/12/2011, inclusive, sem ágio ou deságio.

Após o prazo para exercício do direito de preferência e dos dois rateios de sobras realizados, foram subscritas um total de 160.582.372 ações ordinárias e 130.149.763 ações preferenciais, ao preço de emissão de R\$ 6,05 por ação ordinária ou preferencial, totalizando o montante de R\$ 1.758.929. Tendo em vista que o aumento de capital superou o valor de Subscrição Mínima, conforme definido no Aviso aos Acionistas datado de 18/01/2012, as sobras não subscritas foram canceladas. O processo foi aprovado pelo BACEN em 08/06/2012. Os novos recursos recebidos substituíram o montante de R\$ 620.000 efetuados em 09/11/2011, classificados em "Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias, nos termos da Resolução CMN nº 4.019/11.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco PAN. Ademais, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Nos termos do estatuto social, o saldo remanescente de lucros acumulados deve ser destinado a reserva para integridade do Patrimônio Líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido do Banco PAN, podendo ser convertida em capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido, não podendo ultrapassar o valor do capital social do Banco PAN.

No exercício de 2012, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Esse dividendo será majorado para 35% a partir da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2013, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18/01/2012.

Em função do prejuízo do exercício e dos prejuízos acumulados, o Banco PAN não declarou dividendos no exercício de 2013.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos da rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes de valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para a venda e são reconhecidos temporariamente no patrimônio e apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada.

e) Participação dos acionistas não controladores

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo no início do exercício	24	32
Participação no prejuízo do exercício	(1)	(10)
Aumento/Redução de participação de acionistas não controladores	(2)	2
Saldo no final do exercício	21	24

f) Prejuízo básico e diluído por ação

O prejuízo por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, demonstrado a seguir:

Prejuízo Básico e Diluído por Ação	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(94.043)	(364.592)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1)	(94.043)	(364.592)
Número Médio Ponderado de ações ordinárias em circulação (mil) (2)	292.463	279.082
Prejuízo por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Companhia (1/2)	(0,32)	(1,31)

O prejuízo por ação diluído não difere do prejuízo básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

32 RECEITA LÍQUIDA COM JUROS

A Receita líquida com juros é calculada pela diferença das Receitas com juros e as despesas com juros do exercício.

As Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

As despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os passivos financeiros, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos.

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas com juros e similares		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.463.597	2.773.013
Variações cambiais	1.512.497	1.096.869
Lucro nas cessões de crédito	1.051.081	650.852
Títulos e valores mobiliários	320.667	373.028
Títulos emprestados a operações compromissadas	137.433	103.534
Outras	86.004	54.557
Total de receitas com juros	6.571.279	5.051.853
Despesas com juros e similares		
Dívidas subordinadas	(811.617)	(895.506)
Despesas de títulos e valores mobiliários	(612.244)	(813.702)
Variações cambiais	(489.512)	(133.825)
Depósitos de instituições financeiras	(376.756)	(239.713)
Depósitos de clientes	(295.035)	(328.392)
Operações de arrendamento mercantil	(256.956)	(363.770)
Recurso de emissão de títulos	(221.218)	(87.040)
Títulos tomados em empréstimos e operações compromissadas	(155.979)	(101.481)
Outras	(62.377)	(62.449)
Total de despesas com juros	(3.281.694)	(3.025.878)
Total	3.289.585	2.025.975

33 RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição dos saldos da rubrica “receitas de tarifas e comissões” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Rendas de cartões	138.368	82.395
Taxa de administração de consórcios	17.397	21.773
Rendas de estruturação de operações / fundos	13.091	12.639
Outras rendas de tarifas	8.216	5.152
Rendas de comissão / intermediação	1.671	493
Tarifas sobre financiamentos	1.334	480
Intermediação de Seguros	630	901
Rendas de cobrança	444	243
Rendas de administração de fundos	-	3.697
Rendas sobre convênio – arrecadação	-	11.128
Total	181.151	138.901

34 DESPESAS COM PESSOAL

A composição dos saldos da rubrica “despesas com pessoal” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Proventos	(268.971)	(181.327)
Encargos sociais	(75.055)	(55.304)
Benefícios	(55.712)	(36.296)
Honorários	(26.339)	(16.918)
Outros	(4.178)	(1.498)
Total	(430.255)	(291.343)

35 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição dos saldos da rubrica “despesas tributárias” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Contribuição à Cofins	(147.830)	(88.302)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(33.202)	(31.286)
Contribuição ao PIS	(25.209)	(15.188)
Impostos e taxas (i)	(11.268)	(5.176)
Total	(217.509)	(139.952)

(i) Refere-se substancialmente aos tributos municipais e federais e taxa de fiscalização

36 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição dos saldos da rubrica “outras despesas administrativas” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Comissões pagas a lojistas e promotoras	(637.968)	(497.788)
Serviços de terceiros	(184.688)	(220.987)
Serviços do sistema financeiro	(72.517)	(78.074)
Processamento de dados	(58.045)	(53.327)
Aluguéis	(48.655)	(28.314)
Comunicações	(48.174)	(45.701)
Propaganda, promoções e publicidade	(34.895)	(9.621)
Taxas e emolumentos	(33.453)	(45.089)
Despesas com busca e apreensão de bens	(21.171)	(27.878)
Comissão referente a carteira adquirida	(17.550)	-
Manutenção e conservação de bens	(11.191)	(7.178)
Transporte	(9.358)	(6.477)
Viagens	(8.122)	(3.273)
Materiais de consumo	(846)	(1.432)
Outras	(38.594)	(71.025)
Total	(1.225.227)	(1.096.164)

37 GANHOS/ (PERDAS) LÍQUIDOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda, são compostos por títulos públicos federais e os seus ganhos e perdas são resultantes da venda desses instrumentos financeiros.

38 PROVISÕES (LÍQUIDAS)

A composição dos valores da rubrica “provisões (líquidas)” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Riscos tributários	120.664	3.639
Riscos cíveis	(174.895)	(60.498)
Riscos trabalhistas	(48.935)	3.379
Total	(103.166)	(53.480)

39 RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES DE SEGUROS

A composição dos saldos da rubrica “resultado líquido das operações de seguros” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Prêmios de seguros		
Prestamista	73.352	18.168
Acidentes pessoais	7.837	30.507
Desemprego/ perda de renda	7.484	8.346
Rendas de eventos aleatórios	744	1.154
Vida em grupo	(494)	27
Reversão provisão	-	(296)
Seguro habitacional – Prestamista	1.623	(63)
Seguro habitacional – Demais coberturas	581	(22)
Subtotal	91.127	57.821
DPVAT	37.893	33.897
Total	129.020	91.718
Receitas (despesas) de sinistros e movimentação dos passivos de seguros		
Prestamista	(9.316)	1.182
Acidentes pessoais	(770)	(697)
Desemprego/ perda de renda	(1.899)	(1.775)
Rendas de eventos aleatórios	(1.349)	(1.865)
Vida em grupo	3.308	1.335
Seguro habitacional – Prestamista	(462)	-
Seguro habitacional – Demais Coberturas	(46)	-
Assistência	(225)	(69)
Resseguros	(40)	(3)
Subtotal	(10.799)	(1.892)
DPVAT	(33.079)	(29.802)
Total	(43.878)	(31.694)
Resultado líquido das operações de seguros	85.142	60.024

40 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

A composição dos saldos da rubrica “outras receitas (despesas) operacionais” é a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de registro cartório	16.079	30.420
Rendas sobre aluguel	54	30
Recuperação de encargos e despesas	20.677	97.152
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	203.430	138.751
Reversão de provisões	1.475	110
Variação monetária ativa	10.187	6.256
Atualização monetária de valores a receber - cessão	3.354	1.006
Restituição de prêmios de seguros	-	39
Desconto na aquisição de carteira adquirida	27.424	-
Benefício residual em operações securitizadas	8.384	-
Adesão ao Refis	29.186	-
Despesas com Garantias Prestadas	(2.740)	-
Outras despesas/receitas não operacionais (*)	(6.093)	8
Despesa de cessão de operações de crédito	(403.171)	(191.391)
Constituição de provisões	(3.095)	-
Prejuízo com operações de crédito/ financiamento	(13.770)	(9.801)
Descontos concedidos	(25.936)	(23.181)
Fraudes dedutíveis/ indedutíveis	(16.666)	(44.838)
Variação monetária passiva	(148.702)	(37.066)
Despesas de comercialização de seguros	(7.557)	2.625
Gravames (**)	(19.609)	(7.395)
Outras	(39.701)	(26.770)
Total	(366.790)	(64.045)

(*) Refere-se basicamente a venda e perda por *impairment* bens não de uso mantidos para a venda.

(**) Despesa anteriormente classificada em Outras Despesas Administrativas – Processamento de Dados.

41 PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas do Banco incluem partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto e aqueles em que o Banco é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada do Banco.

a) Saldos com partes relacionadas

A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

		31/12/2013		31/12/2012	
		Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (a)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	5	-	-	-
Total		5	-	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	49.999	6.950	6.000	53.270
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	4.327	-	5.257
Total		49.999	11.277	6.000	58.527
Títulos e Valores Mobiliários (c)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	86.563	8.837	100.811	95.871
Caixa Econômica Federal	Controlador	22.390	1.481	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Ligada	22.885	1.681	-	-
Total		131.838	11.999	100.811	95.871
Cessão de crédito (d)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	189.985	-	116.271	-
Total		189.985	-	116.271	-
Outros Créditos (e)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	-	2.596	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Ligada	58	-	-	-
Total		58	-	2.596	-
Depósitos interfinanceiros (f)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	(1.308.963)	(49.247)	(1.203.256)	(25.184)
Caixa Econômica Federal	Controlador	(4.977.657)	(140.753)	(2.789.541)	(173.202)
Total		(6.286.620)	(190.000)	(3.992.797)	(198.386)
Obrigações por operações compromissadas (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	-	(2.726)	-	(11.204)
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	(538)	(499.992)	(606)
Total		-	(3.264)	(499.992)	(11.810)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	(353.819)	(21.022)	(929)	-
Total		(353.819)	(21.022)	(929)	(100)
Outras Obrigações (i)					

Caixa Econômica Federal	Controlador	(70)	-	(39.117)	-
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	(151)	(151)	-	-
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	Controlador	(389)	-	-	-
Total		(610)	(151)	(39.117)	-
Outras despesas administrativas (j)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	(40)	-	(1.513)
Caixa Seguradora S.A.	Ligada	-	(3)	-	(213)
Caixa Participações S.A.	Ligada	-	-	-	(1)
Banco BTG Pactual S.A.	Ligada	-	(939)	-	-
BTG Pactual Corretora	Ligada	(23)	(106)	-	(97)
Tecban S.A.	Ligada	-	(653)	-	(531)
Câmara Interbancária de Pagamentos	Ligada	-	(669)	-	-
Total		(23)	(2.410)	-	(2.355)
Outras despesas operacionais (k)					
Banco BTG Pactual S.A.	Controlador	-	-	-	(5.327)
Total		-	-	-	(5.327)
Resultado obtido na cessão de crédito (l)					
Caixa Econômica Federal	Controlador	-	1.051.081	-	650.852
Total		-	1.051.081	-	650.852

(a) Refere-se a conta corrente da Ourinvest Real Estate Holding;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Referem-se a aplicações de cotas de fundos de investimento da PAN Seguros com a Caixa Econômica Federal e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A.DTVM, e derivativos no caso do Banco BTG Pactual S.A.;

(d) Refere-se à cessão de crédito a receber sem coobrigação;

(e) Referem-se a valores de cobrança a receber arrecadados a serem repassados e carteira de câmbio;

(f) Refere-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(g) Referem-se a operações compromissadas com ligadas;

(h) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97% do CDI;

(i) Referem-se a liquidação de parcelas antecipadas de cessão de crédito e câmbio vendido a liquidar;

(j) Referem-se a outras despesas administrativas de serviços prestados por empresas ligadas;

(k) Refere-se a atualização monetária do depósito de acionista; e

(l) Refere-se ao resultado obtido na cessão de crédito.

b) Remuneração dos administradores

Foi definido em Assembleia Geral Ordinária de 30/04/2013, o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2013 no montante de R\$ 29.500 (despesas de honorários).

Benefícios de curto prazo a administradores

	31/12/2013	31/12/2012
Despesas de honorários (*)	26.339	16.918
Contribuição ao INSS	3.801	3.654
Total	30.140	20.572

(*) Registrados na rubrica de "despesas com pessoal".

O Banco não possui planos de benefício pós-emprego, para os quais seja requerida a constituição de passivo atuarial, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações.

42 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/12/2013 o Banco PAN iniciou processo junto a SUSEP para a retirada de patrocínio do Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos (nos termos da Resolução CNPC 11/2013), que será submetido à aprovação da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Somente após verificar a conformidade das condições e dos cálculos apresentados no processo, é que a PREVIC concederá sua aprovação. Até lá, o plano terá funcionamento normal com contribuições mensais. No exercício findo em 31/12/2013, o montante dessa contribuição foi de R\$ 664 (R\$ 795 no exercício findo em 31/12/2012).

Essa medida foi definida devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer de política/plano de benefícios adotado pela instituição.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2013 a R\$ 55.712 (R\$ 36.642 no exercício de 31/12/2012).

43 ATIVOS OFERECIDOS EM GARANTIA

	31/12/2013	31/12/2012
Ativos financeiros oferecidos em garantia:		
Instrumentos de dívida	570.825	958.125
Total	570.825	958.125

44 GARANTIAS PRESTADAS E COMPROMISSOS CONTRATUAIS

O “máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores de principal (notional) que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

	31/12/2013	31/12/2012
Garantias e outras fianças:		
Garantias financeiras	(18.484)	(30.689)
Depositários de valores em custódia	(134.500)	(183.205)
Total de garantias prestadas	(152.984)	(213.894)

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham nenhum impacto em sua liquidez.

Em 31/12/2013, o Banco detinha cheques de terceiros sob custódia no valor total de R\$ 134.500 (R\$ 183.205 em 31/12/2012).

45 SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho; e
- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Financeiro;
- Seguros;
- Consórcios;
- Securitização;
- Promotora de Vendas; e
- Outros.

O segmento Financeiro corresponde as operações bancárias em geral e operações de arrendamento mercantil.

O segmento de Seguros tem como objetivo a exploração de seguros dos ramos de acidente pessoal coletivo, rendas de eventos aleatórios (seguro-desemprego), de vida em grupo e danos pessoais.

O segmento Consórcio tem como objetivo administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis, utilitários, motocicletas, eletroeletrônicos e imóveis, por meio de autofinanciamento.

O segmento de Securitização tem como objetivo a aquisição e securitização de créditos hipotecários e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação das respectivas garantias em créditos hipotecários e imobiliários; a emissão e colocação, no mercado financeiro, de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs, podendo emitir outros títulos de créditos; e a prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de hipotecas e créditos imobiliários.

O segmento de Promotora de Vendas constitui a atuação como correspondente bancário do Banco.

As operações dos segmentos Banco, Seguros e Consórcio estão inseridas em um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional de empresas pertencentes ao Banco.

Todas as receitas e despesas demonstradas no quadro de segmentação foram geradas junto a clientes externos. Não foram geradas no exercício findo em 31/12/2013 resultado entre os segmentos Banco, Seguro, Consórcio e Outros.

As demonstrações de resultado sintéticas e outros dados significativos estão relacionados a seguir:

	31/12/2013								31/12/2012
	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total	Total
Receitas com juros e similares	6.397.110	23.817	2.091	134.228	17.560	22.142	(25.669)	6.571.279	5.051.853
Despesas com juros e similares	(3.204.685)	(4.490)	-	(83.600)	(17)	(14.571)	25.669	(3.281.69)4	(3.025.878)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	3.192.425	19.327	2.091	50.628	17.543	7.571	-	3.289.585	2.025.975
Perdas por redução ao valor recuperável com ativos financeiros (líquidas)	(1.113.791)	-	-	-	-	-	-	(1.113.791)	(1.451.078)
RECEITAS LÍQUIDAS DE JUROS APÓS PERDAS POR REDUÇÃO NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS FINANCEIROS	2.078.634	19.327	2.091	50.628	17.543	7.571	-	2.175.794	574.897
Ganhos (perdas) líquidas com ativos e passivos financeiros	(70.495)	5.197	-	17.083	-	-	-	(48.215)	328.025
Resultado de instrumentos de patrimônio mantidos para negociação	-	5.197	-	-	-	-	-	5.197	6.247
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(70.495)	-	-	17.083	-	-	-	(53.412)	321.778
Ganhos (perdas) líquidas com ativos financeiros disponíveis para venda	(9.641)	-	-	-	-	-	-	(9.641)	9.264
Receitas de tarifas e comissões	94.637	-	17.492	4.626	275.272	-	(210.876)	181.151	138.901
Despesas administrativas	(1.735.487)	(43.179)	(14.364)	(32.698)	(278.719)	(6.269)	237.725	(1.872.991)	(1.527.459)
Despesas com pessoal	(209.864)	(11.534)	(2.788)	(14.569)	(191.196)	(1.155)	851	(430.255)	(291.343)
Despesas Tributárias	(162.079)	(8.701)	(1.897)	(5.751)	(38.910)	(171)	-	(217.509)	(139.952)
Outras despesas administrativas	(1.363.544)	(22.944)	(9.679)	(12.378)	(48.613)	(4.943)	236.874	(1.225.227)	(1.096.164)
Depreciações e amortizações	(16.350)	(236)	(35)	(16)	(4.614)	(480)	-	(21.731)	(9.988)
Provisões (líquidas)	(89.823)	-	(3.234)	-	(10.109)	-	-	(103.166)	(53.480)
Resultado líquido das operações de seguros	-	86.779	-	-	-	-	(1.637)	85.142	60.024
Outras receitas (despesas) operacionais	(317.394)	9.203	(1.673)	10.755	17	(3.202)	(64.496)	(366.790)	(64.045)
Resultado na alienação de ativo não corrente destinado à venda	(41.812)	-	-	-	1	-	-	(41.811)	(104.940)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2013	(107.731)	77.091	277	50.378	(609)	(2.380)	(39.284)	(22.258)	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO em 31/12/2012	(665.065)	61.039	9.192	7.845	22.061	18.594	(102.467)	-	(648.801)

	Financeiro	Seguros	Consórcios	Securitização	Promotora de Vendas	Outros	Eliminações	Total
Total em ativos em 31/12/2013	22.102.317	448.466	46.486	520.508	261.848	713.571	(2.170.378)	21.922.818
Total em passivos em 31/12/2013	19.319.372	226.467	27.501	313.446	45.168	13.084	(261.429)	19.683.609
Total em ativos em 31/12/2012	19.297.465	377.273	45.187	603.337	254.123	944.258	(2.061.711)	19.459.932
Total em passivos em 31/12/2012	16.697.083	206.939	26.441	408.198	34.408	53.903	(315.602)	17.111.370

São Paulo, 31 de Março de 2014 (*)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Fontes Hereda

Vice-Presidente

André Santos Esteves

Conselheiros

José Luiz Acar Pedro
Antonio Carlos Canto Porto Filho
Roberto Balls Sallouti
Fabio Lenza
Marcio Percival Alves Pinto
Marcos Roberto Vasconcelos
Marcos Antonio Macedo Cintra
Mateus Affonso Bandeira
João Cesar de Queiroz Tourinho
Fábio de Barros Pinheiro

DIRETORIA

Diretor Presidente

José Luiz Acar Pedro

Diretores

Alex Sander Moreira Gonçalves
Alexsandra Camelo Braga
Carlos Eduardo Pereira Guimarães
Eduardo Almeida Prado
Eduardo Nogueira Domeque
Iuri Rapoport (**)
Leandro de Azambuja Micotti
Maurício Antônio Quarezemin
Paulo Alexandre da Graça Cunha
Willy Otto Jordan Neto (**)

CONSELHO FISCAL

Paulo Roberto Salvador Costa
Daniela Maluf Pfeiffer
Júlio Alexandre Menezes da Silva (**)

COMITÊ DE AUDITORIA

Adilson Rodrigues Ferreira
Almir José Meireles
Marcelo Yugue

Ricardo Comunian de Souza
Contador – CRC 1SP253399/O-0

(*) Data Base 31/12/2013; e

(**) Diretores e Membro do Conselho que renunciaram seus mandatos no 1º trimestre de 2014.